

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Fuzilaria! Fuzilaria! A Revolução de 30 nas páginas do *Correio do Povo*

Vinícius Pigozzi

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Carla Brandalise

Porto Alegre, 9 de dezembro de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Vinícius Pigozzi

Fuzilaria! Fuzilaria! A Revolução de 30 nas páginas do *Correio do Povo*

Trabalho de Conclusão de Curso de História apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Carla Brandalise

Porto Alegre, 9 de dezembro de 2011

**Os capitalistas chamam liberdade de imprensa a compra dela pelos ricos, servindo-se da riqueza para fabricar e falsificar a opinião pública.**

**(Vladimir Lênin, Democracy and Revolution, p. 139)**

**No jornalismo, como vocês sabem, só se faz fortuna sendo picareta ou então alugando a opinião.**

**(David Nasser, entrevista à revista Manchete, n. 704, 15 de outubro de 1965)**

## AGRADECIMENTOS

Como este é o momento final de uma longa trajetória, gostaria de agradecer a todos aqueles que me auxiliaram e apoiaram neste longo percurso.

Primeiramente, aos meus pais, Elizabete e Odone, pela paciência durante todo esse tempo; como os momentos sozinhos que tiveram que passar, além do cuidado que tiveram como pais sempre que precisei.

Em segundo lugar, mas não menos importante, a todos os professores da UFRGS. Em especial, três professores: a professora Carla Brandalise, que orientou o trabalho, aos professores Adolar Koch e Rene Gertz, que se dispuseram a compor a banca de avaliação. A todos, minha gratidão, não só pelo que me ensinaram, mas também por compartilharem suas experiências comigo.

Também queria agradecer a todos aqueles que me agüentaram durante este período: aos meus colegas de curso e meus amigos. Além do mais, não posso esquecer um agradecimento especial aos contribuintes que custearam minha faculdade.

A todos estes, e a todos os anônimos que lutam pela liberdade, igualdade e fraternidade de fato e não apenas nominal entre os homens, dedico este trabalho.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>p. 6</b>
<b>1 Sobre história e imprensa</b>	<b>p. 11</b>
<b>1.1 Relações entre história e imprensa</b>	<b>p. 11</b>
<b>1.2 Definindo um campo conceitual</b>	<b>p. 14</b>
<b>1.3 O “Róseo”: Um breve histórico do <i>Correio do Povo</i> até 1930</b>	<b>p. 19</b>
<b>2 A crise dos anos 20</b>	<b>p. 23</b>
<b>3 O <i>Correio do Povo</i> e a Revolução de 1930</b>	<b>p. 30</b>
<b>3.1 A revolução estoura</b>	<b>p. 30</b>
<b>3.2 As características da revolução</b>	<b>p. 34</b>
<b>3.3 As ações militares, a mobilização e a vitória incontestável</b>	<b>p. 38</b>
<b>3.4 Sobre João Pessoa</b>	<b>p. 44</b>
<b>3.5 Sobre Getúlio Vargas</b>	<b>p. 47</b>
<b>3.6 O golpe de 24 de outubro e os rumos do movimento</b>	<b>p. 49</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>p. 53</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>p. 55</b>

## Introdução

O objetivo deste trabalho é efetuar uma análise da forma como um jornal gaúcho específico, o *Correio do Povo*, apresentou à sociedade os fatos, as personalidades e os objetivos da revolução<sup>1</sup> que ocorreu em 1930 no Brasil.<sup>2</sup> Para tanto, utilizaremos como objeto/fonte os textos do mesmo que sejam referentes a tal assunto e que foram publicados entre 01 de outubro e 05 de novembro daquele respectivo ano. Visamos utilizar o jornal devido a sua implicação enquanto maior e melhor meio de comunicação existente no período.<sup>3</sup> Quanto ao recorte cronológico estabelecido, procuramos abarcar a leitura sobre os antecedentes mais próximos do conflito, sobre os acontecimentos que integram o movimento em si e seus desdobramentos mais imediatos.<sup>4</sup>

A escolha desse jornal em particular levou em conta o fato de ser um dos principais jornais no estado do Rio Grande do Sul nas décadas de 20 e 30 do século XX, dividindo este posto com o seu concorrente direto, o *Diário de Notícias*. Tomando em consideração sua importância frente aos demais jornais, sucesso garantido diretamente pela modernidade de sua estruturação à época; seu prestígio e credibilidade perante o público; sua alta tiragem; sua grande e importante área de distribuição para os padrões daqueles tempos; sua alta periodicidade de circulação e, por fim, dado o caráter restritivo do tempo disponível, optamos por escolhê-lo como fonte privilegiada de nosso trabalho. Mais adiante trataremos destes pontos oportunamente.

Já a temática da Revolução de 1930, bastante percorrida na historiografia brasileira, ainda é muito instigante pelo seu grande valor histórico enquanto acontecimento, sendo um marco de ruptura política sem igual na história do Brasil, podendo ser dito que existe um Brasil antes de 30 e um pós 30. Assim, de um lado temos a República Oligárquica fechada em torno da “política do café-com-leite” e da “política dos governadores” e de outro uma nova República, com uma política diferente da antiga, aberta a variadas possibilidades decorrentes do próprio processo de sua formação.

---

<sup>1</sup> O termo “revolução” será utilizado no decorrer deste trabalho em função do lugar-comum presente na historiografia em relação a este acontecimento, não levando em conta então as discussões conceituais que poderia implicar. Conceito este que fora propagado inclusive pelo próprio *Correio do Povo*, como veremos no capítulo 3.

<sup>2</sup> A presente pesquisa utilizará o jornal *Correio do Povo* como fonte única de investigação e análise crítica.

<sup>3</sup> Para fins deste trabalho compreenderemos os meios de comunicação como sinônimo de mídia. Algo interessante a se vislumbrar aqui é a presença do vocábulo “meios”. Este, por sua vez, indica a existência de uma mediação, que no caso corresponde àquela existente entre o produtor e o receptor das informações, implicando em uma série de conseqüências.

<sup>4</sup> A Revolução de 1930 rebentou no dia 3 de outubro e teve sua definição a 3 de novembro com a tomada de posse do poder do estado pela liderança revolucionária.

Este movimento, que consolida uma nova ordem institucional, na medida em que estabelece outras relações de poder na sociedade, passa a ser então um dos marcos fundamentais para a compreensão das etapas mais recentes da vida política deste país. Pois como afirma Boris Fausto “na descontinuidade de outubro-1930, o Brasil começa a trilhar enfim o caminho da maioria política”<sup>5</sup>, ocorrendo uma guinada importante no processo histórico brasileiro. Assim, dado seu caráter específico de grande valor de mudança política, buscamos percebê-lo como a imprensa escrita se posicionou perante ele.

O estudo que nos propomos a elaborar está profundamente ligado as concepções da linha historiográfica da história política, esta que durante tanto tempo sofreu um longo ostracismo, mas que a partir da segunda metade do século XX, passou por uma profunda renovação e revalidação acadêmica. Então, trata-se aqui não do retorno da história política tradicional<sup>6</sup>, isto é, aquela que foi tão atacada principalmente pela Escola dos Annales<sup>7</sup>, mas sim de uma remodelada história política conhecida como “História Política Renovada”.

Esta pode ser entendida sinteticamente como uma nova abordagem do mesmo campo de análise, que diante das condenações e ponderações gerais, passou por um processo de atualização. Como bem explicita René Rémond, esta história “não é mais a mesma história política (aquela que foi duramente combatida pelos Annales), e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica”.<sup>8</sup>

Além disso, Jacques Julliard afirma que a “volta do político” pode ser justificada também como uma consequência do crescimento em importância deste fenômeno nas sociedades modernas.<sup>9</sup> De comum acordo está Maria Helena Rolim Capelato que observa a valorização recente da história política na historiografia como uma resposta às alterações

<sup>5</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 113.

<sup>6</sup> Julliard expõe resumidamente muito bem as classificações dadas à história política tradicional, ele assim as descreve do seguinte modo: “é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história *factual*.” (JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976, p. 180-181). Esta história também foi denominada de *évènementielle*.

<sup>7</sup> Le Goff sintetiza precisamente a posição dos Annales em uma passagem de um dos seus livros: A Escola dos Annales detestava o trinômio formado pela história política, pela história narrativa e pela crônica ou história episódica (acontecimental). Tudo isso era, para ela, simplesmente pseudo-história, história barata, algo de superficial que preferia a sombra à substância. Era preciso colocar no lugar que lhe competia a história em profundidade – uma história econômica, social e mental. (LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990, p. 218-219)

<sup>8</sup> RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 26. Interpolações minhas.

<sup>9</sup> JULLIARD, op.cit., p. 183.

históricas ocorridas no mundo a partir da metade final do século passado.<sup>10</sup> Em suma, deve-se compreender como uma renovação historicamente explicável. Dessa maneira, como consequência da totalidade deste conjunto, ela ganhou espaço de atuação entre os historiadores.

Uma história que não pode ser confundida com a História Imediata (ou História do Tempo Presente), que tem como características principais a “proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema tratado e proximidade material do autor em relação à crise estudada”.<sup>11</sup> Com vistas a esclarecer essa diferença, René Rémond prudentemente escreveu sobre o assunto da seguinte forma:

Muito freqüentemente misturamos as duas porque os mesmos historiadores militam pelas duas causas. Mas as duas não coincidem. O interesse pelo político não é próprio da história recente e o político não está exclusivamente ligado à proximidade no tempo.<sup>12</sup>

Outrossim, ocupando um espaço abandonado “tanto pelo marxismo como pelo grupo dos Annales, que favoreceram o estudo das economias e sociedades em detrimento da política, a nova história estuda uma política que não pretende ser a estrutura mais importante ou determinante”<sup>13</sup>, carregando em seu bojo como preceito básico a “referência à noção do político como domínio privilegiado de articulação do todo social”<sup>14</sup>, significando que este campo pode compreender a realidade de um viés particular, que os demais campos não possuem. Em vista disso, esta história demonstra ser tão legítima quanto as demais para desvendar as intrincadas relações presentes na sociedade.<sup>15</sup>

Entre as novidades devemos salientar a aquisição das contribuições teórico-metodológicas das últimas décadas.<sup>16</sup> Assim, a título de exemplificação em relação às incorporações metodológicas, podemos descrever a presença da longa duração e da

<sup>10</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História política*. In: Texto apresentado na mesa-redonda “Perspectivas metodológicas da produção de pós-graduação em história política” do XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em julho de 1995 em Recife.

<sup>11</sup> LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 216. Muitas vezes se traz para a comodidade da compreensão diferenciadora entre a História Imediata e a História Política Renovada a antítese da horizontalidade-verticalidade.

<sup>12</sup> René Rémond apud LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 115.

<sup>13</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice de B. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: UnB, 1994, p. 101.

<sup>14</sup> RÉMOND, op. cit., p. 7.

<sup>15</sup> Julliard chega ao ponto de afirmar o seguinte: “Não se trata mais de saber se a história política pode ser inteligível, mas de saber se, agora, pode existir uma inteligibilidade da história, fora da referência ao universo político”. (JULLIARD, op.cit., p. 184).

<sup>16</sup> LUCA, op.cit., p. 115.

quantificação, aspectos intimamente influenciados pelos Annales. Já entre suas categorias de análise, devemos citar o aparecimento do imaginário e do simbólico e a renovação do conceito de poder, que sofreu a mais profunda modificação, merecendo amplo destaque, passando a ter um papel central. Por fim, não poderíamos deixar de mencionar a revalorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa operadas por ela dentro da história.

Após esta breve incursão no desenvolvimento da História Política Renovada, cabe agora mostrar como nosso trabalho se conecta a ela. Quanto a isso podemos afirmar que são inúmeros os pontos de convergência, os quais serão apontados para que não se incorra em qualquer dúvida.

Primeiramente, nossa aproximação se assinala pela utilização do jornal como objeto/fonte de nosso estudo, nos achando intrinsecamente ligados a abordagem da mídia<sup>17</sup> e da opinião pública.<sup>18</sup> Em segundo lugar, está a temática analisada, ou seja, a Revolução de 1930 no Brasil, logo, temos um recorte propriamente político (indo ao encontro da base do sistema mais aceito dos períodos históricos na historiografia brasileira).

Além disso, a análise da Revolução de 1930 pressupõe a análise de um acontecimento, um episódio que conserva seu valor específico e um dinamismo próprio, sendo algo que é duplamente definido pela ruptura e pelo conhecimento.<sup>19</sup> Este será contextualizado conjunturalmente (média duração) e em seus pormenores (curta duração) durante nosso trabalho, assim como o jornal abordado, recebendo uma carga narrativa.<sup>20</sup>

Cabe definir ainda que centraremos a análise nos homens que tinham meios de interessadamente tomaram decisões, buscando intervirem no comportamento da sociedade de alguma forma. Estes são propriamente aqueles que aparecem ou que se esperaria que aparecessem nos jornais<sup>21</sup>, nesse sentido estamos falando principalmente das personalidades políticas<sup>22</sup>, e também daqueles que produzem os mesmos jornais, como é o caso dos donos,

---

<sup>17</sup> JEANNENEY, Jean-Nöel. A Mídia. In: RÉMOND, op.cit., p. 214-230.

<sup>18</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, op.cit., p. 185-211.

<sup>19</sup> LACOUTURE, op.cit., p. 232.

<sup>20</sup> Compreendemos a narrativa como uma técnica literária capaz de suportar uma interpretação histórica, tendo assim um “compromisso com a verdade”. Ver: PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

<sup>21</sup> Aqui faço referência aos “esquecimentos”.

<sup>22</sup> Nas abordagens realizadas pelos jornais os “pequenos” geralmente se calam, ou melhor, são calados. Isso ocorre por três motivos: 1) para os jornais só interessam citações de pessoas de relativa importância política para que a matéria possa ser julgada crível, 2) porque o jornal nada teria a ganhar como retorno e 3) porque raramente se sabe o que um “pequeno” pode ter a falar. Fazer uma história política tendo como tema os “pequenos” através do objeto/fonte jornal não faz parte do interesse deste trabalho, isso pressupondo a sua possibilidade.

jornalistas e articulistas.<sup>23</sup> Portanto, estamos recuperando conseqüentemente o papel dos sujeitos na história.

Por fim, dadas as escolhas de nossa pesquisa quanto ao objeto/fonte, serão utilizados no processo analítico categorias que interagem ou são próprias do campo da História Política Renovada. Nesse sentido, faremos uso dos conceitos de poder, poder social, poder ideológico, ideologia, jornalismo, opinião pública e imprensa, que serão tratadas mais adiante no tópico 1.2 Definindo um campo conceitual.

Feitas estas considerações, evidenciaremos como este trabalho se apresenta. No primeiro capítulo - Sobre história e imprensa - discutiremos os marcos referenciais maiores, apontando para a abordagem teórico-metodológica da realidade na qual a pesquisa se insere. Neste sentido, procuraremos colocar o posicionamento do trabalho frente ao movimento da historiografia que gira em torno das relações entre a história e a imprensa, com suas respectivas implicações.

Além disso, apresentaremos algumas conceituações quanto ao tratamento do objeto/fonte que serão importantes para o devido entendimento do trabalho. Nesta parte, também apresentaremos a contextualização histórica do jornal *Correio do Povo*, destacando suas origens, os personagens principais e suas características para e até o ano de nosso enfoque (1930).

Já no segundo capítulo – A crise dos anos 20 - estabeleceremos o contexto da conjuntura histórica própria que possibilitou a eclosão de tal movimento e seu respectivo desenvolvimento e término. Por fim, na terceira e última parte - O *Correio do Povo* e a Revolução de 1930 - mostraremos como o jornal apresentou este determinado acontecimento de nossa história. Para tanto, a análise se concentrará principalmente no tratamento despendido em torno dos fatos, pessoas e objetivos que se ligam ao tema da revolução.

---

<sup>23</sup> Cabe esclarecer que a esfera de poder dos políticos é diferente da esfera de poder da imprensa, no entanto, como é esperado, ambos, por motivos diversos, mutuamente se “procuram” ou se “afastam”.

## Capítulo 1 Sobre história e imprensa

### 1.1 Relações entre história e imprensa

Ao formularmos nossa proposta de pesquisa dentro da análise da imprensa escrita nos enquadrámos na linha historiográfica da história e imprensa. Sobre isso, René Barata Zicman faz a seguinte afirmação:

Existem dois campos que unem a História e a Imprensa. O primeiro é a “Imprensa através da História”, que engloba os trabalhos históricos que utilizam a Imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica. O segundo é a “História da Imprensa” que busca a reconstrução da evolução histórica dos órgãos de imprensa e levantar suas principais características para um determinado período histórico.<sup>24</sup>

Diante desta exposição, podemos afirmar que nos posicionamos ao lado da primeira via mencionada, que ganhou força no Brasil principalmente a partir da metade final do século XX, quando o estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental. Foi neste momento que “ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”, como nos explica Tânia Regina de Luca em seu artigo sobre o assunto.<sup>25</sup>

Esta operação foi possível graças à renovação na concepção de tratamento dos documentos trazida pelos Annales, que demonstrou claramente que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu”<sup>26</sup>, ou seja, toda fonte está carregada com este foro íntimo (mundo interno). Assim, os campos da história e da imprensa, apesar de possuírem a característica em comum de se comprometerem com a realidade e a verdade, não conseguem obter mais do que uma aproximação do objeto observado. Como bem salienta Gérson Fraga, “em ambos os casos (história e imprensa), nos deparamos não com reproduções exatas, mas com interpretações do acontecido, interpretações carregadas da subjetividade de seus produtores”.<sup>27</sup>

Outrora, esta questão da subjetividade foi vista como problemática para a análise dos jornais, dado que o historiador “deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade,

---

<sup>24</sup> ZICMAN, René Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. In: *Revista do Programa de Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: PUC-SP, nº 4, 1985, p. 89.

<sup>25</sup> LUCA, op.cit., p. 118.

<sup>26</sup> BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINKY, op.cit., p. 63.

<sup>27</sup> FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do Correio do Povo (1936-1939)*. In: *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 2004 (dissertação de mestrado), p. 21. Interpolações minhas.

neutralidade, fidedignidade, credibilidade”.<sup>28</sup> Logo, os jornais eram vistos como “registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”.<sup>29</sup> Realizada a crítica dos documentos, sua antiga fraqueza passou a ser sua real fortaleza, adquirindo potencialidade investigativa.

Além disso, não podemos deixar de falar que estas produções sendo localizadas em um espaço e um tempo têm os traços próprios da sociedade que os fabricou, devendo ser entendidas em seu devido contexto, como nos lembra Le Goff.<sup>30</sup> Desse modo, uma notícia de um jornalista, por exemplo, é a interpretação dada pelo próprio autor, mas profundamente inserida em um panorama do pensamento do jornal daquele momento e daquele local. A interação do jornalista com os outros profissionais que compõem o jornal dá um tom mais específico a essa notícia, devendo ser considerada. Este problema, de forma geral, se coloca da mesma maneira ao historiador.

Outro aspecto a ser descrito é que estas interpretações são efetuadas, tanto pelo jornalista quanto pelo historiador, sobre um objeto previamente selecionado conforme os interesses que se debruçam sobre o acontecido.<sup>31</sup> Através deste processo se define o que é passível de ser ou não objeto de análise, tornando um fato da esfera do cotidiano em um fato da esfera jornalística ou histórica<sup>32</sup>, passando, posteriormente, para a última fase desta cadeia, que é fase da publicização.

Levando em conta todas estas considerações expostas, algumas especificidades metodológicas da prática historiográfica que toma os jornais como objeto/fonte devem ser observadas. Em um pequeno texto monográfico, Cláudio Pereira Elmir<sup>33</sup> nos mostra os perigos existentes no trato deste material, afirmando que a leitura do jornal deve ser meticulosa, demorada e exaustiva, para que não se incorra no erro de lê-lo sem rigor, isto é, de lê-lo com tranqüilidade.<sup>34</sup> Portanto, propõe que o pesquisador tem a obrigação em por em prática uma “leitura intensiva” e não uma “leitura extensiva” do mesmo, em suma, uma leitura que não corresponde ao tempo de formulação do texto do jornal.<sup>35</sup>

---

<sup>28</sup> LUCA, op.cit., p. 112. Esta concepção era própria da História Metódica que teve grande influência no final do século XIX e início do XX.

<sup>29</sup> Idem, ibidem, p. 112.

<sup>30</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 545.

<sup>31</sup> FRAGA, op. cit., p. 21.

<sup>32</sup> Idem, ibidem, p. 21. Faz-se importante salientar que esta seleção envolve a questão da “lembança *versus* esquecimento”.

<sup>33</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

<sup>34</sup> Idem, ibidem, p. 21.

<sup>35</sup> Idem, ibidem, p. 21-22.

Além disso, Elmir nos alerta para o fato de que devemos buscar a distinção daquilo que é significativo para a compreensão de nosso objeto em relação àquilo que é “fortuito”, casual.<sup>36</sup> Assim, para que haja uma correta interpretação, a constância da idéia, ou seja, a “regularidade”, deve ser observada, pois “em pesquisa com jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia”.<sup>37</sup>

Outro ponto importante no trabalho com esta espécie de fonte diz respeito à necessária observação da disposição espacial do jornal (distribuição das notícias no espaço do jornal inteiro) assim como de sua diagramação (distribuição dos elementos gráficos no espaço de uma página impressa).<sup>38</sup> Desta maneira, se torna “possível perceber uma tendência na seleção das notícias pelo jornal – claro que sem desconsiderar o grau de aleatoriedade existente”.<sup>39</sup> Nesse sentido, vale a pena ressaltar as colocações de Albert Kientz quanto ao assunto:

Durante o tratamento a que as notícias em bruto têm de ser submetidas, o órgão de imprensa atribui a cada uma delas uma maior ou menor importância. [...] A importância quantitativa que lhe é conferida (superfície impressa em cm, número de linhas ou de colunas) fornece uma primeira aproximação. Completada pela análise dos processos de valorização (colocação, título, ilustração, etc.), obtém-se uma medida de bastante precisão. Cada jornal tem seu próprio código de valorização. De um modo geral, a inserção de uma informação na primeira página confere-lhe uma importância nitidamente superior à resultante de uma inserção nas páginas do meio. O alto da página vale mais que o rodapé, o lado esquerdo mais que o direito. O gabarito dos títulos, a ilustração, o emprego de tintas de cor, o corpo das letras, as cercaduras, são outros tantos procedimentos que permitem fazer variar a intensidade da emissão da “prosa” (*paroles*) jornalística que constitui o noticiário.<sup>40</sup>

Essa aplicação da disposição espacial e da diagramação no jornal compreende aquilo que Luca chama de “materialidade”, evidenciando que é necessário estar alerta quanto a isto que nada tem de natural.<sup>41</sup> Desse modo, “o historiador tem de estar atento às razões que levam determinada informação a estar naquele espaço determinado – pois foram determinadas por alguém, e não por forças exteriores à vontade humana”.<sup>42</sup>

Compreendido todos estes pontos, cabe agora relacionar algumas referências bibliográficas que se aproximam à linha de pesquisa de nosso estudo. Como já foi dito antes, foi a partir da metade final do século passado que muitas obras começaram a aparecer

---

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, p. 23.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, p. 23. Por essa razão, trabalhamos com todas as edições diárias entre 1 de outubro e 5 de novembro de 1930.

<sup>38</sup> DOMINGOS, *op. cit.*, p. 43.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, p. 43.

<sup>40</sup> KIENZ, Albert. *Comunicação de massa: análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973, p. 99-100.

<sup>41</sup> LUCA, *op. cit.*, p. 132.

<sup>42</sup> DOMINGOS, *op. cit.*, p. 44.

utilizando-se dos jornais como fontes/objetos de investigação. Entre elas podemos citar o livro de Vavy Pacheco Borges<sup>43</sup>, onde se faz uma análise das relações entre Getúlio Vargas e a oligarquia paulista, vistas através de alguns dos principais órgãos de imprensa de São Paulo no período de 1926 a 1932, mostrando como cada jornal atuou em relação à política de Vargas e como se relacionou com o mesmo.

Além desta, temos a obra organizada por Hélió Trindade que busca entender a lógica do jogo político regional e sua articulação com o poder nacional emergente, no período final da Primeira República, pela versão da imprensa partidária do Rio Grande do Sul.<sup>44</sup> Gérson Fraga, por sua vez, trata em seu trabalho como o *Correio do Povo* apresenta à sociedade gaúcha o violento conflito ocorrido na Espanha entre 1936 e 1939, conhecido como Guerra Civil Espanhola.<sup>45</sup>

Outra produção nesta linha foi realizada por Charles Sidarta Machado Domingos, que em sua pesquisa trabalha como este mesmo jornal (*Correio do Povo*) noticiou a Política Externa Independente do Brasil promovida durante os governos Jânio Quadros e João Goulart nos anos 60.<sup>46</sup> Podemos falar ainda da obra de Marcos Vinícios Luft que em seu trabalho de conclusão de curso, analisa como o jornal gaúcho, o *Diário de Notícias*, apresenta a seus leitores a crise ocorrida na República brasileira no final de 1955.<sup>47</sup> Por fim, cabe citar as tão referenciadas obras de Maria Helena Rolim Capelato sobre a ideologia da imprensa paulista durante as décadas de 20, 30 e 40 do século XX.<sup>48</sup>

## 1.2 Definindo um campo conceitual

Explicado os marcos teórico-metodológicos maiores delimitadores de nossa pesquisa, faz-se necessário apresentar como compreenderemos o nosso objeto/fonte, para depois procedermos a delimitação contextual do mesmo. Esta conceituação, por sua vez, liga-se,

---

<sup>43</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia (1926-1932)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

<sup>44</sup> TRINDADE, Hélió (org.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

<sup>45</sup> FRAGA, op.cit.

<sup>46</sup> DOMINGOS, op. cit.

<sup>47</sup> LUFT, Marcos Vinícios. *Aos amigos tudo; aos inimigos, a lei: a crise da república de 1955 nas páginas do Diário de Notícias*. Porto Alegre: UFRGS, 2009 (trabalho de conclusão de curso).

<sup>48</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. Prado, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

como já mencionado, à História Política Renovada e às relações existentes entre a história e a imprensa.

Como estamos trabalhando com o jornal, devemos inicialmente determiná-lo. Sendo assim, entendemos que o jornal é um dos meios de comunicação<sup>49</sup> que compõem a imprensa, compreendida aqui como designação coletiva de todos esses meios. Esta, por sua vez, é definida por Maria Helena Rolim Capelato como um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”.<sup>50</sup> Desta forma, a imprensa não pode ser vista como sendo neutra e imparcial, ou seja, não é mera coletora e transmissora de informações, pois seleciona e interpreta.

Isto significa que a imprensa deve ser entendida como um agente da história devidamente comprometido, procurando atuar politicamente em sua época conforme seu pensamento e segundo as suas possibilidades. Desse modo, ela não pode ser designada como um lugar repositório dos fatos em sua mais pura verdade, no sentido de “deu no jornal, é verdade”, na medida em que ela os interpreta de uma maneira bastante particular, indicando uma direção ao público leitor.

Outro fator a ser colocado, é que temos que levar em conta que o *Correio do Povo* não pode ser tomado como um jornal qualquer, visto que se organizava desde sua fundação de uma maneira bastante específica, se diferenciando da maioria dos demais jornais existentes no Rio Grande do Sul. Tendo uma lógica industrial de produção, com uma moderna divisão de trabalho e vultuosas somas de dinheiro investidas em um moderno parque gráfico, constituía-se em uma grande empresa do ramo. Por essas características, o *Correio do Povo* pode ser considerado como integrante da “grande imprensa”, em oposição àquela tida como pequena<sup>51</sup>, conforme as explicações de Nelson Werneck Sodré em sua importante obra sobre o assunto.<sup>52</sup>

O que caracteriza principalmente esta “grande imprensa” é o fato de que ela se submete aos princípios norteadores do mercado capitalista, passando a ter como objetivo principal o lucro. Isso, por sua vez, implica em inúmeras conseqüências: 1) força a ter um parque gráfico e que este esteja em constante modernização para diminuir os custos, aumentar

---

<sup>49</sup> Os outros meios de comunicação são: a televisão, a internet, o cinema e o rádio. Com exceção dos dois últimos, nenhum deles existia na década de 30 do século XX, que corresponde ao período de nossa análise. No entanto, por esta época o rádio e o cinema estavam em sua “infância” no Brasil.

<sup>50</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 21. Deve-se entender que a imprensa age conforme determinados interesses, intervindo na vida social conforme os mesmos. No entanto, a correspondência por parte da sociedade em relação à concretização daqueles não é um efeito necessário.

<sup>51</sup> Conforme Sodré a pequena imprensa tem o caráter acentuadamente artesanal, é geralmente transitória, é obra de poucos e tem bastante independência em sua publicação. (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 260-261).

<sup>52</sup> Idem, *ibidem*, p. 251-390.

a produção e melhorar a qualidade; 2) procura atingir o maior público possível para ganhar mais com a venda, o que ocorre através da diversificação do conteúdo e da apresentação do mesmo, assim como por meio da diminuição do preço por unidade; e, por fim, 3) abre e intensifica a presença da publicidade, o que acaba de vincular o jornal aos grupos economicamente importantes da sociedade (empresas e estado), atrelamento esse que também pode ocorrer através da busca de linhas de financiamento extra para investimentos.

Em decorrência desta situação a produção do jornal se estabelece de um modo bastante próprio e complexo. De modo geral, nas relações internas existentes entre seus produtores (repórteres, articulistas, editores, diretores e proprietário) a palavra final cabe ao dono do jornal, que alinha a todos por meio de sua criteriosa seleção do quadro de funcionários e da hierarquia. Em alguns jornais a independência dos funcionários é maior do que a de outros, mas sempre dentro dos limites empresariais.

Já no que concerne as relações externas, o jornal tem que lidar com aqueles que possibilitam a sua sobrevivência e crescimento, neste caso falamos dos consumidores, das empresas e do estado. Dessa maneira, o jornal enquadra-se, de algum modo, às posições desses componentes variando de acordo com o peso de cada um em sua realidade. Assim, quanto mais dependente economicamente de um deles, maior será o seu comprometimento com o mesmo. Geralmente as empresas ou o estado acabam tendo maior importância do que os consumidores neste processo, devido a sua capacidade econômica e política concentrada.<sup>53</sup>

Sendo assim, a produção do jornal estará permeada essencialmente pelos valores e interesses do dono do jornal dentro do contexto histórico das relações de poder interna e externa em que se encontra.<sup>54</sup> É deste modo que forma-se o pensamento e atuação do órgão, que devido a sua qualidade capitalista dificilmente atenderá ou interpretará favoravelmente as demandas populares e contrariará as bases de sua própria existência material. Porém, isso não quer dizer que ele não possa vir a assumir dentro de certos limites certo grau de variabilidade.

Segundo Sodré, o decurso do estabelecimento desta “grande imprensa” no Brasil deu-se durante a transição da monarquia para a república, conforme nos esclarece em seu livro:

Nos fins do século XIX estava se tornando evidente, assim, a mudança na imprensa brasileira: a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa.<sup>55</sup>

<sup>53</sup> No próximo tópico - O “Róseo”: Um breve histórico do *Correio do Povo* até 1930 – falaremos da situação do *Correio do Povo* frente a essas questões.

<sup>54</sup> Compreendemos que, na maior parte das vezes, as relações externas possuem um maior peso do que as internas dentro da produção do jornal. Isto é assim pelo caráter capitalista do processo.

<sup>55</sup> SODRÉ, op. cit., p. 261.

Desse modo, podemos afirmar que o *Correio do Povo* fazia parte da vanguarda do processo, tanto para os padrões brasileiros quanto para os gaúchos, acompanhando a conjuntura da lenta solidificação das relações capitalistas no país junto com a ascensão da burguesia. Posteriormente, no próximo tópico, discorreremos um pouco sobre a história do jornal, tratando de situá-lo frente aos outros jornais do estado.

Podemos dizer ainda, que nesta mesma imprensa, encontramos o exercício explícito do jornalismo, que por sua vez é explicado por Francisco Rüdiger, como “uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública.”<sup>56</sup> Desta forma, Rüdiger diferencia imprensa do jornalismo, pois nem toda imprensa possibilitou a formação do correspondente jornalismo porque este visa formar a opinião pública através de suas informações e não meramente manipular informações.<sup>57</sup>

Entretanto, sendo o jornalismo uma prática “dotada de conceito histórico variável conforme o período”<sup>58</sup>, devemos apontar que historicamente o jornalismo do *Correio do Povo* deve ser compreendido, desde seu início, como estando dentro do regime jornalístico “informativo” (regime próprio da “grande imprensa”) conforme classificação estabelecida por Rüdiger. Isto se justifica perante a contraposição ao regime jornalístico “político-partidário”, muito em voga no estado até a década de 30, quando entra em plena decadência.<sup>59</sup>

Esse regime informativo não representa o fim do jornal enquanto instrumento político, mas sim apenas uma mudança de sua forma de atuação, passando a ser mais sutil. Segundo Luca, esta foi umas das transformações mais significativas, pois o jornal trocou completamente sua forma de abordar a notícia, deixando de lado a doutrinação em prol da informação.<sup>60</sup> Foi com esta forma que se consolidou a concepção de que cabe ao jornal “informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a ‘verdade dos fatos’.”<sup>61</sup>

Quando nos referimos à ideologia concordamos com John B. Thompson que, baseando-se em uma concepção latente do conceito de Marx, afirma que a “ideologia são as

<sup>56</sup> RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 9. Esta opinião pública que o jornal tenta formar deve ser apreciada aqui no sentido “unitário”, sentido este que é utilizado comumente pelos sociólogos: “Num país dado, num momento dado, pode haver uma pluralidade de opiniões, mas só há uma opinião pública.” (BECKER, Jean-Jacques. *A opinião pública*. In: RÉMOND, op. cit., p. 190.)

<sup>57</sup> LUFT, op. cit., p. 8. Podemos então avaliar que o jornalismo possui um “propósito maior”.

<sup>58</sup> RÜDIGER, op. cit., p. 9.

<sup>59</sup> Idem, ibidem, p. 10. Rüdiger divide seu estudo do desenvolvimento do jornalismo gaúcho em duas grandes fases ou regimes: o primeiro dominado pelo conceito político-partidário (terceiro quartel do século XIX até 1930) e o segundo pelo informativo e indústria cultural (fim do século XIX até nossos dias). A decadência do primeiro se faz compreensível pelo desaparecimento de suas condições históricas de existência: 1) condições econômicas - aumento dos custos dos materiais e concorrência; 2) condições culturais - transformações na estrutura social; e 3) condições políticas - desarticulação do sistema político vigente. Já o segundo regime teve pleno sucesso em responder a essas novas condições.

<sup>60</sup> LUCA, op. cit., p. 138.

<sup>61</sup> Idem, ibidem, p. 138.

maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”.<sup>62</sup> Para melhor abordarmos este conceito devemos recorrer às palavras do próprio autor:

Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. Não podemos derivar o caráter ideológico dos fenômenos simbólicos dos próprios fenômenos simbólicos. Podemos compreender os fenômenos simbólicos como ideológicos e, por isso, podemos analisar a ideologia somente quando situamos os fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais esses fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação. Se fenômenos simbólicos servem, ou não, para estabelecer e sustentar relações de dominação, é uma questão que pode ser respondida somente quando se examina a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares – somente ao examinar as maneiras como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados.<sup>63</sup>

Neste entender, seu conceito expressa, com a palavra “sentido”, os fenômenos simbólicos que mobilizam a cognição, correspondendo em nosso caso à produção do jornal; ao contrário de fenômenos que mobilizam outros recursos, como a violência ou os bens econômicos. Além do mais, a palavra “dominação” presente no enunciado, diz respeito ao fenômeno que ocorre quando relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas, isto é, quando indivíduos ou grupos de pessoas buscam exercer poder de uma maneira significativa sobre outros indivíduos ou grupos, aproveitando-se de sua vulnerabilidade. No caso do jornal, isto se concretiza através do emprego de seu acesso privilegiado a informações, de sua capacidade intelectual coletiva aplicada e de seus meios operacionais disponíveis.

Mais especificamente este poder deve ser compreendido como a “capacidade de determinação intencional ou interessada no comportamento dos outros”.<sup>64</sup> Sendo assim, nota-se que nos referimos às relações entre homens, o que nos força a tomar o sentido “social” do conceito, passando a perceber este como um poder social. Desse modo, salienta-se que este é o poder que um indivíduo ou grupo exerce sobre outro indivíduo ou grupo, pois como afirma Mario Stoppino, “o Poder sobre o homem é sempre distinto do Poder sobre as coisas”.<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> THOMPSON, Jonh B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 75-76. Estas não devem ser compreendidas como sendo necessariamente de classe, mas podendo ser de outra natureza qualquer.

<sup>63</sup> Idem, ibidem, p. 76. Notemos que a relação de dominação é uma pretensão que pode ou não ser concretizada através dos fenômenos simbólicos.

<sup>64</sup> STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1997, p. 937.

<sup>65</sup> STOPPINO, op. cit., p. 934.

Além de ser social, este poder possui uma caracterização própria de acordo com o instrumento pelo qual ele se exerce, ou seja, está determinado a uma esfera de atividade particular. Dado que trabalhamos com o jornal, compreende-se que este poder é um poder classificado por Bobbio como ideológico<sup>66</sup>, um poder que se baseia na influência que as interpretações formuladas de certo modo, expressas em certas circunstâncias, por um órgão investido de certa autoridade e difundidas mediante certos processos, exerce sobre a conduta das pessoas.<sup>67</sup>

A partir desses pressupostos, podemos afirmar resumidamente, que tomaremos o jornal *Correio do Povo* como um meio de comunicação, integrante da grande imprensa, que busca intervir na vida social através da prática de um jornalismo informativo definido por sua posição social e seu contexto histórico. Por meio dessa esfera de atividade específica, ele busca exercer uma relação de dominação com o seu público leitor, colocando em prática o exercício do poder sobre o conjunto da sociedade, isto é, sua capacidade interessada de dirigir o comportamento das pessoas tentando formar a opinião pública, um poder caracterizado como ideológico.

### **1.3 O “Róseo”: Um breve histórico do *Correio do Povo* até 1930**

O jornal *Correio do Povo* foi fundado em Porto Alegre no dia 01 de outubro do ano de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, um jornalista de origem sergipana. Este com o auxílio dos amigos Eugênio Du Pasquier e Antônio Mostardeiro Filho, dois comerciantes de Porto Alegre, conseguiu levantar capital para instalar a redação e a tipografia num antigo prédio do armazém da Rua dos Andradas, nas proximidades da atual localização do jornal.

A data de seu aparecimento é de fundamental importância na compressão da linha assumida pelo periódico, na medida em que se findara apenas um mês e oito dias antes, a sangrenta Revolução Federalista que dividiu o estado do Rio do Grande do Sul. Iniciada em 1893, o conflito dispôs de um lado as forças dos maragatos (federalistas), liderados por Gaspar Silveira Martins e identificados pelo lenço vermelho; e do outro, os pica-paus (republicanos), liderados por Júlio de Castilhos e identificados pelo lenço branco. Foi durante

---

<sup>66</sup> BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.), op. cit., p. 955.

<sup>67</sup> Idem, ibidem.

esta luta que morreu assassinado o desembargador Francisco Antônio Vieira Caldas, pai de Caldas Júnior.

Dentro do quadro desta tragédia familiar e dos conturbados conflitos políticos regionais, com a maior parte dos periódicos existentes estando a serviço direto da doutrinação ou propaganda das facções partidárias constituídas, apareceu o *Correio do Povo*. Assim, o jornal vinculou-se a uma proposta que buscava dissociar-se das refregas existentes, declarando-se politicamente indiferente em relação às partes, baseando-se em um jornalismo do tipo informativo, próprio da “grande imprensa” que aparecia no final do século XIX.

No editorial do primeiro número, Caldas Júnior assim definia suas características:

O *Correio do Povo* será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo à feição característica dos jornais modernos e só subordinado a inspirações do bem público e do dever inerente às funções da *empresa livre e independente*. [...] *Independente, nobre e forte* – procurará sempre sê-lo o *Correio do Povo*, que não é órgão de *nenhuma facção partidária*, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna. [...] Emancipado de convencionalismos retrógrados e de paixões inferiores, procurará esclarecer *imparcialmente* a opinião, apreciando com *isenção de espírito* os sucessos que se forem desenrolando e os atos dos governantes, para censurá-los quando reprováveis, para aplaudi-los quando meritórios.<sup>68</sup>

Como podemos ver, o *Correio do Povo* buscou desde seu início cultivar uma imagem específica, podendo esta ser identificada através de algumas palavras de ordem: neutralidade, imparcialidade e independência. Até mesmo suas páginas procuravam demonstrar essa sensação, pois o jornal era impresso na cor rosa, o que acabou lhe conferindo a alcunha de “Róseo”, uma cor que servia para indicar a sua não identificação nem com maragatos (vermelhos) e nem com pica-paus (brancos). Todavia, com o tempo o jornal deixou de ser impresso nesta cor, devido às dificuldades na importação deste papel.

Na realidade “Caldas Júnior descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito, que havia uma mutação em curso nas necessidades do público e no próprio espectro deste público, estabelecendo novos termos para a concorrência no mercado de jornais.”<sup>69</sup> A aceitação desta concepção foi tanta, que ao longo do tempo, mas já em seus anos iniciais, passou a ser ouvida pelo Rio Grande do Sul afora a frase “Se deu no *Correio do Povo*, é verdade”<sup>70</sup>, no sentido da verdade plena sobre o fato.

<sup>68</sup> Editorial presente na capa do *Correio do Povo* de 1º de outubro de 1895. In: GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p. 47-48. Grifos meus. Todas as transcrições do jornal apresentadas neste trabalho tiveram sua grafia atualizada, com exceção dos nomes próprios.

<sup>69</sup> RÜDIGER, op. cit., p. 66.

<sup>70</sup> DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo, UPF, 1997, p. 9.

Esta imagem foi e é permanentemente cultivada pelo jornal, que rotineiramente em seu aniversário resgata as linhas mestras de seu fundador. No entanto, como veremos, esta posição sucumbe facilmente perante uma análise mais acurada, pois o jornal possui um pensamento moldado sobre diversas pressões, não conseguindo cumprir com suas definições apresentadas.

Além dessa questão, outros pontos que garantiram ao *Correio do Povo* seu êxito diante dos demais concorrentes foram sua organização empresarial e o constante investimento em melhorias técnicas. Antes de desenvolvermos estes tópicos cabe destacar que o jornal deixa bem claro em seu primeiro editorial que será uma “empresa” (empresa livre e independente), ou seja, que não estará subordinado a um partido ou grupo político qualquer, sendo assim, conclui-se que a sua finalidade principal é o lucro crescente, regido pela lógica do mercado.

Em relação à primeira questão, já em sua fundação Caldas Júnior estabeleceu um sistema interno bastante moderno de funcionamento, buscando aperfeiçoar e racionalizar as operações do jornal. Desta maneira, aos poucos foram sendo criadas divisões e departamentos com finalidades específicas dentro do órgão (exemplo disso é o departamento de publicidade); processos que estavam sempre em constantes atualizações. Além disso, com vistas a melhorar a empresa o jornal procurou estabelecer representações ou sucursais em outros municípios (em 1930 possuía uma sucursal na capital do país). Cabe citar ainda os incentivos dados a profissionalização progressiva de seus funcionários, seja através de cursos ou outras atividades semelhantes.

Apesar desta moderna concepção empresarial, o jornal não deixou de se organizar durante muito tempo de uma forma bastante familiar. Os seus funcionários (principalmente nos maiores cargos) e colaboradores eram membros da família de Caldas Júnior ou amigos próximos, situação que permaneceu até o fim do século XX, porém, com algum grau de variação negativa em consequência do crescimento da empresa.

Até o ano de 1930, o periódico passou para as mãos de Dolores Alcaraz Caldas (segunda esposa de Caldas Júnior) em 1913, quando morreu prematuramente aos 44 anos o seu fundador. Entre os diretores que sucessivamente passaram pelo jornal nestes anos temos Emílio Kemp, Francisco de Leonardo Truda, Fernando Caldas – filho do primeiro casamento de Caldas Júnior, Fábio de Barros, José Alexandre Alcaraz – irmão de Dolores e que dividiu a direção do jornal com André Carrazzoni até 1932 quando assumiu de forma individual.

Sendo uma empresa nos moldes modernos, o *Correio do Povo* tinha toda sua sustentação financeira nas vendas avulsas, assinaturas e publicidade. Dado seu caráter dentro do mercado gaúcho em 1930, o jornal era muito procurado para a colocação de anúncios,

tendo uma clientela que ia desde pequenos comerciantes locais a grandes empresas dos ramos automobilístico, agrícola e bancário. Não podemos esquecer também a presença do estado, que divulgava notas oficiais ou propagandas nas páginas do jornal.

No que tange aos investimentos em melhorias, o *Correio do Povo* foi sempre um pioneiro no mercado brasileiro, colocando-se muitas vezes em apuros financeiros em decorrência dos mesmos, mas sendo todos adequadamente superados até a crise que o atingiu abruptamente nos anos finais do século XX. Essas aplicações visavam à modernização do seu parque gráfico para aumentar a quantidade impressa de unidades e para melhorar a qualidade e as possibilidades de apresentação (como fotografias e utilização de cores). Em 1930 o jornal possuía uma moderna máquina Marinoni e 10 linotipos, ou seja, tinha um dos maiores e mais qualificados parques da época para o Brasil.

Desta forma, podemos sintetizar que o jornal *Correio do Povo* através de três pontos: negação da prática política explícita, organização empresarial capitalista e competente, e investimentos sólidos em melhorias técnicas, conseguiu atingir rapidamente uma posição de destaque no estado. Prova disto é o crescimento de sua área de distribuição, que no ano de 1930 já havia se deslocado de Porto Alegre para toda região metropolitana e cidades do interior do estado; e também de sua tiragem, que saltara de meros 1.000 exemplares diários para aproximadamente 30.000 naquele respectivo ano, se orgulhando em sustentar no cabeçalho da página, a seguinte frase: “O jornal de maior tiragem e circulação do Rio Grande do Sul”.

O único jornal que chegou a ameaçar realmente o domínio do *Correio do Povo* no Rio Grande do Sul foi o *Diário de Notícias*. Este tinha características bastante parecidas, tendo surgido em 1925 para concorrer diretamente com o Correio pelo mercado gaúcho. Em 1930 foi comprado por Assis Chateaubriand, passando a fazer parte dos Diários Associados, ostentando neste mesmo ano a tiragem de 25.000 exemplares diários.

Por fim, cabe esclarecermos mais algumas características do *Correio do Povo* para o ano de nosso interesse. O jornal era, como ainda é, um jornal matutino, sendo impresso e entregue nas primeiras horas da manhã, sendo bastante denso, volumoso e pesado. Tinha um formato *standart*, o que dificultava seu manuseio pelos leitores, apresentando dimensões de 62 cm de altura por 44,5 cm de largura. Sua circulação era diária, com exceção das segundas-feiras quando não era impresso. O preço do jornal era de Rs\$200, sem variação conforme o dia. Era dividido em Capa, Telegramas, Editoriais e Colaborações, Diversas, Noticiário, Seções, Anúncios e Contracapa. Nessa divisão apenas os Editoriais e Colaborações e os Anúncios possuíam definição fixa, tendo aspecto próprio.

## Capítulo 2 A crise dos anos 20

O processo político na Primeira República estava condicionado ao jogo das oligarquias regionais (setores agrários, latifundiários e monocultores) reunidas em torno dos partidos republicanos de seus respectivos estados. Estas coordenavam todo sistema eleitoral em suas áreas de domínio econômico e político por meio do coronelismo e da mobilização das chamadas “máquinas eleitorais”, ou seja, através da prática da fraude sistematizada (voto de bico de pena, atas falsas, etc.).

A nível nacional, dois esquemas complementares entre si davam suporte a estabilidade política: a “política dos governadores”<sup>71</sup> e a “política do café-com-leite”. A primeira foi uma política criada pelo presidente Campos Sales (Partido Republicano Paulista – PRP / 1898-1902) tendo como objetivo acentuar a dominância das unidades federativas de maior peso, garantindo a estabilidade do Poder Central, através do reconhecimento das situações estaduais.<sup>72</sup> Já a segunda, por sua vez, visou o estabelecimento do revezamento presidencial entre as oligarquias específicas de Minas Gerais e São Paulo, processo consolidado a partir do Pacto de Ouro Fino de 1913.

Em suma, o que se via era a predominância dos interesses da oligarquia cafeeira nas diretrizes do governo federal em troca da arbitragem nacional dos confrontos oligárquicos nos demais estados e da distribuição de algumas benesses. A permanência e a reprodução do domínio oligárquico eram a lógica que mantinha o funcionamento do sistema, excluindo da participação todos os demais setores sociais.

Com as mudanças socioeconômicas decorrentes do aumento populacional, da urbanização e da industrialização que o país sofreu no início do século, os setores médios urbanos da sociedade (profissionais liberais, burocracia pública, etc.) tiveram um crescimento significativo e passaram a representar uma força política ascendente, apesar da falta de sua autonomia enquanto categoria social. Um indício claro de sua maior participação pode ser visto nas eleições de 1919 em torno da candidatura de Rui Barbosa, onde não obstante sua derrota conseguiu obter expressiva votação.<sup>73</sup>

A tônica de suas pretensões se enquadrava na requisição de reformas políticas e sociais, dentro de uma crítica jurídico-política do sistema, iniciando um movimento de inconformismo sobre a estrutura estabelecida. Seus apelos geralmente se resumiam a defesa

---

<sup>71</sup> Na época os governadores eram chamados de presidentes, no entanto, para evitarmos confusão usaremos a terminologia moderna de governador para os estados e de presidente para a União.

<sup>72</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 90.

<sup>73</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 305.

da prática efetiva das normas constitucionais de 1891 e de algumas mudanças trabalhistas, se manifestando por meio de apoios a candidaturas dissidentes dentro do tradicional jogo eleitoral, mas jamais passando disso.

Vale assinalar que por esta época, apesar da já significativa presença de trabalhadores urbanos e de sua organização em sindicatos e outras espécies de associação, o seu peso na política era bastante diminuto, onde as divisões internas contribuíam muito para manter essa situação, seja as de natureza política (anarquistas, comunistas ou reformistas), ou as de outra origem qualquer (questões étnicas, profissionais, etc.). Maior ímpeto nesse sentido passou a existir com a fundação de partidos que atingiam suas demandas passando por cima desses entraves, como é o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB) criado em 1922, porém, sua força era extremamente pequena na década de 20.

No entanto, uma parte do Exército Brasileiro desgostosa com a situação política, com o papel subordinado relegado a nível nacional a instituição, assim como ao acordo entre a cúpula militar e as oligarquias, resolveu tomar outros rumos de ação.<sup>74</sup> O movimento que ficou conhecido como “tenentismo”, por ser composto pelo baixo oficialato militar (geralmente tenentes e capitães), abraçou a revolta militar aberta como forma de derrubada do governo e consagração de mudanças.<sup>75</sup>

A partir de concepções nacionalistas difusas e do entendimento do papel específico do Exército como salvador da nação, buscou promover o levante em diversos pontos do país. De fato, três grandes ações suas se destacaram: a Revolta dos Dezoito do Forte em 1922, no Rio de Janeiro; a Revolução de 1924, em São Paulo; e a Coluna Prestes de 1925-1927, que fez uma grande marcha pelo interior do Brasil. Porém, todas foram sumariamente derrotadas, com os tenentes indo para o exílio de onde só voltariam mais tarde para comporem as hostes da revolução.

Mas realmente a situação só passou por um abalo mais forte, a partir da crise dentro do próprio sistema oligárquico, nos idos da década de 20. Não que problemas não tenham existido anteriormente, já que todas as eleições eram marcadas por convulsões esporádicas entre as oligarquias, mas sempre acabavam tendo a mesma forma: candidaturas – protestos – reabsorção; o princípio geral que imperava era o da contemporização pós-eleitoral.<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 92.

<sup>75</sup> Devemos salientar aqui a caracterização de “militar” do movimento, adjetivo que visa demonstrar a escassa participação civil nas ações, algo indesejado pelos tenentes. Entre as principais lideranças do movimento temos Luís Carlos Prestes, Miguel Costa, Juarez Távora, Siqueira Campos e João Alberto.

<sup>76</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 61.

Basicamente a cisão oligárquica tornou-se algo mais tumultuado com as eleições de 1930. O processo começou com a ofensiva encabeçada pelo presidente Washington Luís (PRP / 1926-1930) no sentido de consolidar a almejada hegemonia política de São Paulo no quadro federal e de garantir a continuidade de sua política econômica e administrativa.<sup>77</sup> Para isso, o presidente interveio drasticamente na composição da chapa que concorreria pela situação, escolhendo o governador de São Paulo, Júlio Prestes (PRP), como seu candidato a concorrer pela “Concentração Republicana” junto com Vital Soares (Partido Republicano Baiano – PRB), governador da Bahia, para vice.

Desta forma, rompeu-se o tradicional revezamento Minas Gerais – São Paulo, provocando forte reação nos quadros políticos mineiros, que se encontravam em visível fragilidade, num autêntico descenso nacional.<sup>78</sup> A solução encontrada pelo governador Antônio Carlos, que era o potencial candidato a presidência e também expressiva liderança do Partido Republicano Mineiro (PRM), foi achar um adversário político que estivesse disponível a se debater no plano federal.

Buscou-se então, a composição com a oligarquia gaúcha, que dispôs, por sua vez, o nome do governador Getúlio Vargas (PRR) como candidato. A ascensão no plano político federal do Rio Grande do Sul vinha ocorrendo aos poucos e pôde se consolidar principalmente por meio da pacificação interna das forças políticas do estado com a formação da Frente Única Gaúcha (Partido Libertador - PL e Partido Republicano Rio-grandense - PRR). Além disso, era fato conhecido de todos, o velho sonho da oligarquia estadual em ocupar a presidência.

No entanto, a chapa de oposição também contou com a inserção nordestina representada pelo estado da Paraíba, que entrou com o nome de seu governador, João Pessoa (Partido Republicano da Paraíba - PRPb), como candidato a vice, já que Minas teve de ceder também esta posição em troca do acordo. Esta situação se concretizou pela visualização da maior possibilidade de participação no âmbito federal desta região que sentia ser marginalizada pelos parâmetros nacionais de até então.

Por fim, temos ainda a presença da cisão da oligarquia paulista ancorada pelo Partido Democrático (PD), fundado em 1926. Este caracterizava-se por ser um partido de cunho liberal, tendo como objetivo principal a reforma política por meio do voto secreto e

---

<sup>77</sup> CAMARGO, Aspásio. A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983, p. 20.*

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*.

obrigatório, a representação das minorias, a independência dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a atribuição ao judiciário da fiscalização eleitoral.<sup>79</sup>

Desse modo, formou-se uma aliança eleitoral entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e o Partido Democrático de São Paulo, constituindo-se a chamada “Aliança Liberal”, com Getúlio Vargas (presidente) e João Pessoa (vice-presidente). O programa com que se lançou refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar os setores médios, mobilizando-os na campanha, dado ser este um dos únicos modos de concorrer com alguma expectativa de sucesso, devido às velhas práticas eleitorais.

Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional e não apenas o café, a ortodoxia financeira, algumas medidas de extensão de direitos sociais aos trabalhadores, a anistia (com que se acenava aos tenentes), e, principalmente, absorvia parte considerável da crítica jurídico-política dos setores médios urbanos, aquelas em torno da defesa das liberdades individuais e a reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral (voto secreto, justiça eleitoral e punição às fraudes).<sup>80</sup> Na realidade, entre os programas da situação e da oposição a identidade era bastante forte, sendo ambas bastante pragmáticas, pois como já dizia Oswaldo Aranha<sup>81</sup>, “neste país não há duas estradas para a presidência e as plataformas são irmãs gêmeas umas das outras”.<sup>82</sup>

O que realmente precisa ser ressaltado é que a Aliança Liberal representava a racionalidade do velho jogo, pois não se desvinculava de propostas eleitorais já anteriormente expostas e tinha como objetivo principal o melhor posicionamento político e econômico dos dissidentes no plano federal. A idéia da revolução sempre foi secundária, sendo sustentada por poucos, principalmente pela ala mais jovem e mais radical dos participantes da Aliança<sup>83</sup>, que mantinham contatos esporádicos com os tenentes no exílio, mas que só veio a imperar realmente depois das eleições já decididas.

Neste ínterim antes do processo eleitoral, um novo complicador qualitativo emergiu para arrefecer os problemas já existentes: a crise econômica de 1929. Passado o *boom* do

<sup>79</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 317.

<sup>80</sup> O programa da Aliança Liberal refletia essencialmente o pensamento do Partido Libertador e do Partido Democrático. Ver: CAMARGO, op. cit. p. 27-28.

<sup>81</sup> Para os nomes próprios usaremos a grafia da época, evitando confusões com as citações do jornal.

<sup>82</sup> CAMARGO, op. cit., p. 28.

<sup>83</sup> Esse grupo ficou conhecido também como os “tenentes-civis”. Tinha como nomes principais Oswaldo Aranha (secretário do interior do Rio Grande do Sul), José Américo (secretário do interior e justiça da Paraíba), João Neves da Fontoura (deputado federal pelo PRR), Lindolfo Collor (deputado federal pelo PRR), Batista Luzardo (deputado federal pelo PL), Virgílio de Melo Franco (deputado federal pelo PRM) e Carlos de Lima Cavalcanti (político, ex-deputado estadual pelo Partido Republicano Democrata – PRD, e jornalista pernambucano).

crescimento dos anos pós-Primeira Guerra Mundial, a economia global encontrou-se diante de uma superprodução geral que provocou um inchaço na oferta de produtos que a demanda não suportava. Como consequência disso, o caos atingiu os preços, fazendo diminuir o ritmo da produção e do comércio, provocando o desemprego.<sup>84</sup>

Envolvido por este torvelinho, o Brasil sofreu profundamente seus efeitos, devendo tal fato à especificidade das nossas características econômicas, pois éramos uma economia essencialmente ligada à exportação de matérias-primas para os países ricos, tendo uma pauta de produtos encabeçada pelo café, que correspondia sozinho entre 60 a 70% do valor da balança de exportação.<sup>85</sup> Não bastasse à queda internacional natural dos preços, o ano de 1930 apresentou também uma safra recorde, fazendo com que os valores caíssem mais de 40%.

Diante deste cenário, os fazendeiros paulistas que tinham se endividado para plantar, acentuaram suas reclamações. Esses solicitaram a ajuda do governo federal por meio de concessão de novos financiamentos pelo Banco do Brasil, através do recurso de emissão de moeda, já que o Banco do Estado de São Paulo passava por dificuldades, além de requererem uma moratória de seus débitos.

O pedido foi prontamente recusado, pois o governo federal estava preocupado em manter o plano de estabilidade cambial, que pouco tempo depois acabou indo igualmente por água abaixo.<sup>86</sup> Entretanto, as marcas desta recusa geraram uma série de descontentamentos entre aquele setor e o governo, abalando a confiança quase irrestrita que se tinha nele para a resolução de seus problemas.

Além do mais, outra questão básica advinda com a crise econômica foi o crescimento do número de desempregados. Antes de 1929, a agricultura absorvia a maior parte da força de trabalho, mas, apesar disso, a maior parte ocupava-se de atividades marginais, em subempregos. Com a crise, todas as categorias foram atingidas, crescendo muito rapidamente o número dos sem-emprego.<sup>87</sup> No entanto, devemos deixar claro que a relação entre crise e revolução não deve ser entendida deterministicamente, mas sim como um agravante adicional.

Voltemos às eleições. Realizadas em 1º de março de 1930, mostraram ser mais um sucesso para a situação, que moveu todo seu aparato político-eleitoral para garantir a vitória, assim como a oposição também o fez nas unidades federativas onde possuía controle. Os resultados deram 1.091.709 votos (59,51%) para Júlio Prestes, que venceu na maior parte dos

---

<sup>84</sup> CARONE, Edgar. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 11.

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*, p. 14.

<sup>86</sup> FAUSTO, *História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 320-321.

<sup>87</sup> CARONE, *op. cit.*, p. 69.

estados, contra 742.797 votos (40,49%) para Getúlio Vargas, que venceu apenas nos estados aliancistas, terminando assim a esperança da vitória por dentro do jogo.

O fracasso da campanha da Aliança, com a derrota nas eleições e as tradicionais represálias oficiais que se seguiram (principalmente com a chamada “degola” dos aliancistas), criou o impasse que possibilitou lançar os velhos e jovens das oligarquias nos braços dos tenentes exilados. Entretanto, as negociações sofreram alguns reveses, devido à insistência na tentativa de conciliação com o governo federal por alguns, a saída da principal liderança tenentista, Luís Carlos Prestes, que se declarou socialista revolucionário em um manifesto em maio de 1930; e a morte de outra liderança, o tenente Siqueira Campos, em um acidente aéreo no Uruguai.

Porém, quando as coisas pareciam “periclitar”, veio o fato que gerou a reviravolta no rumo das coisas: o assassinato de João Pessoa em 26 de julho em uma confeitaria no Recife. Tudo começou quando a força pública do estado (polícia estadual) da Paraíba invadiu o escritório do inimigo político do governador, João Dantas, procurando documentos que pudessem ser utilizados contra ele, dado os confrontos que se desenvolviam em torno do caso Princesa.<sup>88</sup> No entanto, acabaram encontrando entre os papéis algumas cartas de amor a uma jovem professora primária, Anayde Beiriz, sendo estas prontamente publicadas no diário oficial do estado, causando uma série de constrangimentos aos atingidos.

João Dantas se sentindo ofendido pelo governador, que não tinha ordenado pessoalmente aquela ação, acabou por matá-lo, “lavando sua honra”, uma fatalidade em si que se ligava mais a um motivo de ordem pessoal do que política. Entretanto, não foi deste modo que os conspiradores mostraram o fato, mas sim como um crime político executado por pessoas ligadas à situação. O corpo de João Pessoa chegou a ser levado para o Rio de Janeiro onde muitos membros da oposição esperavam para velá-lo com discursos inflamados.

Passado este episódio, as tratativas se aceleraram para o início da revolução, com o movimento sendo marcado e desmarcado inúmeras vezes até que a data final fosse estipulada para 3 de outubro. Chegando o momento da explosão, a iniciativa começou nos estados aliancistas através de forças organizadas de civis correligionários, de militares colaboradores dentro do exército, dos tenentes e das polícias estaduais (militares e civis), que ocuparam por meios ardilosos ou não, quartéis e outras importantes posições, pegando as forças da situação

---

<sup>88</sup> O caso de Princesa se refere ao conflito entre os coronéis do interior da Paraíba e o governo do estado por motivos de ordem política (escolha da bancada federal do estado para as eleições) e administrativa/tributária (cobrança de determinados impostos antes não pagos). A luta foi tão intensa que o município de Princesa declarou-se território independente em relação ao estado, mantendo essa posição durante algum tempo com apoio velado do Catete.

despreparadas, pois até então predominara a idéia nos altos escalões oficiais que todo preparativo revolucionário não passava de falsos boatos.

Devemos notar que a alta cúpula das forças armadas não se envolveu nos episódios, assim como o restante da população, que apesar de bastante simpática ao movimento só foi incorporada aos poucos e de modo controlado. De maneira geral, após o começo da revolução inúmeras unidades militares passaram gradativamente a se unirem a ela, conforme a evolução dos acontecimentos, sendo estas, juntas com as forças iniciais, os principais agentes de luta.

Houve resistência por parte dos governos estaduais situacionistas e do governo federal, assim como em algumas guarnições militares dentro dos estados aliancistas, ocorrendo combates em vários pontos do país. No entanto, passado poucos dias, os revolucionários já haviam garantido a tomada das ofensivas, chegando a um impasse no sul, perto da fronteira de São Paulo (Itararé) e, no norte, na Bahia (Alagoinhas) e no Pará, quando sobreveio o golpe em 24 de outubro na capital.

O alto oficialato militar do Exército e da Marinha presentes no Rio de Janeiro, em total independência em relação aos revolucionários, se reuniu e decidiu dar um ponto final ao conflito, prendendo o presidente Washington Luís e declarando o fim dos combates. Logo após, o Gen. Tasso Fragoso, o Gen. Mena Barreto e o Alm. Isaías de Noronha formaram uma junta governativa provisória e estabeleceram um ministério, com sérios indícios de que queriam se perpetuar no governo.<sup>89</sup>

No entanto, sob pressão dos revolucionários, a junta acabou entregando o poder ao líder máximo da revolução, o então governador do estado do Rio Grande do Sul e candidato pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas, que tomou posse no dia 3 de novembro, no Rio de Janeiro, do governo do país. Daí para diante começa a consolidação do movimento, que se verá com uma série de dificuldades para enfrentar devido a complexa composição de forças que a formou e por tentar assumir compromissos com os derrotados. Entretanto, este assunto não será tratado, pois é algo que acabou se estendendo por muito tempo à frente, indo além dos nossos objetivos.

---

<sup>89</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 103.

### Capítulo 3 O *Correio do Povo* e a Revolução de 1930

Após contextualizarmos em qual terreno historiográfico estamos adentrando, a fonte e objeto da pesquisa, as definições teórico-metodológicas utilizadas e o próprio surgimento e desenvolvimento do movimento revolucionário de 1930, partiremos agora para a análise de como o jornal *Correio do Povo* apresentou o mesmo. Assim, serão examinadas todas as notícias e opiniões<sup>90</sup> que tratam da política nacional encontradas no jornal, visto que será trabalhado um acontecimento que se desenrolou neste plano. Para isso, dividimos este capítulo em alguns pontos centrais, buscando definir assuntos específicos referentes ao movimento e também para facilitar a sua exposição.

#### 3.1 A revolução estoura

Antes do início da revolução, no dia 01 de outubro de 1930, na data de seu aniversário, como já era de praxe, o jornal lançava mão de uma extensa cobertura de sua fundação, reafirmando seus valores. Na capa, faz-se interessante perceber um artigo intitulado **Programa que não envelhece** (disposto centralmente de maneira a se destacar), sendo assinado por seu diretor André Carrazzoni que faz questão de comentar as definições dadas por Caldas Júnior nos anos iniciais do *Correio do Povo*.

Após reintroduzir os adjetivos já conhecidos de que o jornal é livre e independente, além de seguir um modelo informativo, Carrazzoni explica que apesar de o *Correio do Povo* não se interessar pelas disputas partidárias ou de facções, ele jamais será apolítico, pois ele não se negará a entrar neste assunto, o que seria recusar sua própria existência. No entanto, ele sempre buscará se ater não a qualquer política, mas a “verdadeira política”, em contraposição a falsa, uma luta movida em prol dos interesses da sociedade, que é vista de uma forma orgânica.

Mas se o jornalismo “independente e livre”, na própria expressão de Caldas Júnior, atuando de preferência no círculo *maior dos interesses da sociedade*, se desinteressa dos atritos vulgares do facciosismo turbulento, jamais poderá ficar alheio ao ritmo da vida pública nacional, às *questões superiores da verdadeira política*. Sob este ângulo não pode haver uma imprensa marcadamente apolítica, o que seria extinguir-lhe todo alvoroço de vida cívica, o próprio decoro humano da função.<sup>91</sup>

<sup>90</sup> Estabelecemos o critério de divisão em notícias e opiniões conforme a disposição exposta por Domingos em seu livro, ver DOMINGOS, op. cit., p. 45-46. Assim, notícias serão entendidas como todos os registros que se refiram à Revolução de 1930 enquanto as opiniões serão compreendidas como interpretações expostas em “colunas”, em contribuições com a denominação de “especial” ou em editoriais do jornal.

<sup>91</sup> *Correio do Povo*, 01.10.1930, capa. Grifos meus.

Seguindo o texto, o “renomado” diretor continua: “Graças ao senso plástico que lhe presidiu a elaboração, dentro das mais severas e rígidas linhas da probidade jornalística, o ‘Correio do Povo’ tem podido servir à *comunhão rio-grandense* e integrar-lhe nos mais *sutis e ardentes anseios*.”<sup>92</sup> Ora, podemos perceber assim que o jornal via-se como aquele que une o Rio Grande e que busca definir suas verdadeiras vontades.

Achamos necessário colocar esta pequena apresentação de como o jornal vê a si, a sociedade e suas atribuições nela, para esclarecermos que é a partir desta imagem e com este pensamento que o *Correio do Povo* vai abordar a Revolução de 1930. Portanto, ele encobre seus interesses reais, se colocando acima das opiniões alheias, quase como um juiz desinteressado a julgar o mérito das causas, e quando assim age, é em nome das coisas e vontades verdadeiras e para o melhor benefício da sociedade como um todo. Ao público leitor cabe não duvidar de sua palavra.

Para solidificar essa definição, o jornal publica durante alguns dias ainda, homenagens feitas por outros periódicos e também telegramas e cartões enviados das mais variadas localidades e pessoas, que fazem inúmeros elogios e parabenizações. Desta forma, busca usar a diversidade de admiradores para manter o cultivo da sua imagem perante seus leitores, em uma autêntica propaganda de si. Em dias turbulentos como aqueles tal proposta tinha grande valor.

Elucidada esta questão, fica a pergunta: Como o jornal apresenta o início da revolução? Para responder, começaremos analisando as edições de 01,02 e 03 de outubro, nas vésperas do movimento.<sup>93</sup> O primeiro aspecto que deve ser salientado é a presença na íntegra da mensagem de Getúlio Vargas à abertura da Assembléia dos Representantes<sup>94</sup> e também dos discursos proferidos pelos deputados do Partido Libertador e do Partido Republicano Rio-grandense no encontro com o governador após a sessão de abertura no dia 01 de outubro, que apesar de ambas estarem no meio do jornal, ocupam páginas inteiras.<sup>95</sup>

O jornal assim mostra toda sua disposição de dar total voz para as lideranças gaúchas, sendo que todas apoiaram ou participaram da Aliança Liberal e em algum momento fazem referência as disposições políticas que envolveram as eleições e a coligação. Na própria mensagem do governador existe um tópico específico intitulado **Sucessão presidencial da República** que remonta as críticas às fraudes eleitorais, à plataforma da aliança e ao vigor da

<sup>92</sup> *Correio do Povo*, 01.10.1930, capa. Grifos meus.

<sup>93</sup> Não podemos esquecer que os jornais matutinos fazem referência ao *ontem* ou ao que *vai acontecer*. Ver: BAHIA, Juarez. *Jornal: história e técnica*. São Paulo: IBRASA, 1972, p.180.

<sup>94</sup> A Assembléia Estadual era chamada à época de Assembléia dos Representantes.

<sup>95</sup> Sendo o Partido Libertador e o Partido Republicano Rio-grandense componentes da Frente Única Gaúcha e da Aliança Liberal, o teor dos discursos encontrados recorre a mesma base argumentativa.

campanha realizada. Esta verdadeira promoção em torno das posições aliancistas se mantém durante os dias que antecedem a explosão do movimento.

Além disso, não bastasse o *Correio do Povo* calar sumariamente qualquer posição ou notícia positiva associada ao governo federal, ele busca deixar claro ao leitor as ligações entre Júlio Prestes e Washington Luís com uma determinada linha política, a linha das arbitrariedades. É deste teor a notícia intitulada de **Violências policiais** proveniente da sucursal do Rio de Janeiro, onde se lê uma interpretação feita a partir de outro periódico: ““(C.P.) A Pátria’ refere-se às violências que estão sendo feitas em vários estados, dizendo que os exemplos da polícia paulista estão frutificando.”<sup>96</sup> Clara alusão a conduta política estabelecida pelos adeptos de Júlio Prestes no governo de São Paulo.<sup>97</sup>

Essa perspectiva continua na contracapa, onde se veicula em uma notícia sem título, a posição do deputado carioca Maurício de Lacerda (Partido Democrático Nacional - PDN)<sup>98</sup>, apoiador da aliança, que na tribuna da Câmara dos Deputados Federais prometeu apresentar moção de desagravo ao deputado Bernardes Junior (PRP), que o próprio jornal esclarece ser o cunhado de Júlio Prestes, por ele ter defendido a atitude da polícia paulista. “A atitude do representante carioca deixará a maioria em situação mais delicada ainda. Votando a moção, parecerá - o que é impossível - que está em desacordo com a política dos Campos Elíseos (sede do poder executivo paulista), que outra não é do que a do futuro presidente da república.”<sup>99</sup> No entanto, a notícia acaba com um singular tom de sarcasmo, “mas tudo acabará bem...”, por se prever que a situação vencerá.

Em editorial denominado **Desconfiança**, no dia 02 de outubro, o jornal faz um comentário extenso sobre a revolução que derrubou o governo de Hypólito Yrigoyen na Argentina, estabelecendo os motivos de tal acontecimento no divórcio entre o povo e o governo. Ao prosseguir o texto é imposta uma analogia entre o contexto brasileiro e argentino, deixando subentendido que por serem as circunstâncias parecidas, o caminho percorrido pode e deve ser o mesmo.

---

<sup>96</sup> *Correio do Povo*, 01.10.1930, capa. As notícias provenientes da sucursal do Rio de Janeiro são antecidas com um C.P.

<sup>97</sup> Lembremos que Júlio Prestes era governador do Estado de São Paulo, deixando o cargo em 21 de maio para viajar para a Europa e Estados Unidos como presidente eleito, assim Heitor Penteado assumiu em seu lugar. Na Primeira República o presidente só era empossado em 15 de novembro, por ser esta, a data da proclamação da mesma.

<sup>98</sup> O PDN foi uma organização que visava dar coesão nacional aos opositores do regime, reunindo o PL gaúcho, o PD de São Paulo, além de elementos dissidentes do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Foi fundado em 1927 no próprio Distrito Federal, ficando sua força basicamente a ele circunscrita.

<sup>99</sup> *Correio do Povo*, 01.10.1930, contracapa. Interpolações minhas.

A lição decorre do perigoso divórcio que os maus governos estabelecem entre a minoria social dirigente e as multidões dirigidas. No ambiente de agitações combustíveis criado por um estado de hostilidades recíprocas, por um espírito de surda beligerância, os governos se esterilizam e sobre todas as formas da atividade produtiva paira uma atmosfera entorpecedora de desconfiança. Para ilustrar tal quadro, o momento brasileiro pode ser invocado.<sup>100</sup>

Além do mais, o jornal não apenas incitava à revolução em suas entrelinhas, mas também, em linguagem popular, colocava “lenha na fogueira”, ou seja, criava uma situação de animosidade entre os gaúchos e o governo. Para isso, no dia 03 de outubro publicou em sua capa, um artigo de um conhecido jornal governista *O País*, “**A morte do espantalho**”: **como O País, do Rio, se refere ao Rio Grande do Sul**. Neste pode se ler o seguinte:

Das bandas do sul, de vez em quando, surge uma história de papão, de “lobisomem”, de moleque do pastoreio, ou tutú-marambaia, mas já ninguém mais tem medo. Todos sorriem, não ligam a maior importância. E o curioso é que dentro de algumas décadas o Brasil passou a esta plena adolescência, na sua esplêndida juventude iniciante, forte e belo, destro cheio de esperança e confiante em si mesmo. Na segurança tranqüila de sua robustez, ele não mais acredita nos fanfarrões e não teme mais o “espantalho”.<sup>101</sup>

Certamente, o tom irônico e ofensivo usado pelo periódico carioca não deve ter agradado os leitores gaúchos, mas sim gerado um sentimento de ódio. O *Correio do Povo* estava a mexer com as emoções das pessoas, convidando todos a ficarem de um determinado lado, além de garantir que na hora certa ninguém tivesse dúvida do que fazer.

Pode se notar o ambiente da revolução impregnado as páginas do jornal, e neste, o *Correio do Povo* assume uma atitude de orientação dos seus leitores, relegando ataques sutis e silêncio para uns e elogio e voz ativa para outros, um cenário de constante preparação. No entanto, ele não evidencia que tudo já está armado e pronto, como bem podemos ver em notícia que tem por título **Boatos de Revolução: Como os jornais os registram e comentam, taxando-os de absurdos e idiotas**, na contracapa do dia 01 de outubro:

Vários jornais registraram boatos sobre a revolução, referindo “complots” e citando alguns nomes de oficiais e dando, até os de três generais que constituiriam a Junta Governativa. Os boatos, não ficaram, porém, nisso, divulgaram, também, uma trama para a eliminação do Sr. Washington Luís.<sup>102</sup>

Sabemos que por esta data todas as tratativas em torno das ações do movimento já haviam sido feitas, entretanto, o jornal, com exceção desta notícia acima e de outra

<sup>100</sup> *Correio do Povo*, 02.10.1930, editorial e colaborações, p. 3.

<sup>101</sup> *Correio do Povo*, 03.10.1930, capa. Notícia proveniente da sucursal (C.P.).

<sup>102</sup> *Correio do Povo*, 01.10.1930, contracapa. Notícia proveniente da sucursal (C.P.).

denominada **Não tem fundamento**<sup>103</sup>, não tratava da questão. Pelo contrário, chegava até mesmo a desacreditar que haveria algo através do seu silêncio contínuo ou notícias em oposição, apesar de os boatos já serem intensos em todos os lugares, pois como dizia Luís Aranha em tom de chacota, “Até a cachorrinha da praia sabia da ‘revolução’. Apareceu com um laço vermelho no pescoço.”<sup>104</sup>

Porém, dessa posição, fica aberta uma questão: O *Correio do Povo* estava tentando abafar os boatos sobre a revolução porque já conhecia e queria manter em segredo ou porque realmente desconhecia? A resposta para esta pergunta provavelmente seja a primeira, porque, como veremos mais adiante, os funcionários, os diretores e a proprietária do jornal estavam extremamente envolvidos com o movimento, uns mais do que os outros. Ademais, para confirmar este ponto de vista, podemos recorrer ainda à capa do dia 04 de outubro, que expõe como o movimento já era esperado. Ali podemos ver que o jornal passou a mostrar-se como órgão inteirado de tudo.

Ainda para aqueles que, menos observadores ou mais alheios aos fatos que se vinham processando, com aceleração crescente, não podia passar despercebida a gravidade do momento que se prenunciava. Sabia-se, com efeito que, em face dos desmandos do governo federal, se urdia um movimento revolucionário, com ramificações em várias zonas do território nacional.<sup>105</sup>

Após o início do movimento, o periódico virou um espaço de intensa cobertura de todos os passos da revolução. Além do mais, passou a justificá-lo com mais vigor e ímpeto, podemos dizer que a partir daquele momento o jornal virou aquilo que Sérgio Dillemburg chamou de o *Correio do tiroteio*...<sup>106</sup>

### 3.2 As características da revolução

A primeira forma de caracterização do movimento que deve ser assinalada é a utilização de distintos conceitos para sua qualificação antes que adquirisse uma forma definitiva. O que queremos evidenciar aqui é que a palavra “revolução” não foi inicialmente a única a ser utilizada, apesar de ser a mais utilizada, podendo ser encontradas outras, demonstrando a existência de uma dúvida, durante algum tempo, na especificação de

<sup>103</sup> *Correio do Povo*, 01.10.1930, contracapa. Notícia proveniente da Agência Americana (A.A.).

<sup>104</sup> SILVA, Hélio. *1930: A revolução traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 191. Podemos imaginar que tais boatos não escapariam aos funcionários competentes e bem relacionados do *Correio do Povo*. A cachorrinha a qual Luís Aranha faz referência mereceu também uma notícia (**Notas Curiosas**) na contracapa da edição do dia 04.10.1930, era conhecida como “Fuzarca”.

<sup>105</sup> *Correio do Povo*, 04.10.1930, capa.

<sup>106</sup> DILLENBURG, op. cit., p. 57.

significado para diferentes palavras ou na determinação da melhor correspondência do fenômeno real com o fenômeno simbólico.

Assim, em uma notícia de nome **Movimento de trens**, podemos encontrar uma referência a palavra “sedição”, “Ontem, antecipamos, correram regularmente trens para todas as linhas. Neles seguiram para suas localidades do interior sorteados que serviam em corpos que aderiram ao movimento *sedicioso*.”<sup>107</sup> Já em editorial intitulado **O verdadeiro Brasil**, lê-se o termo “revolta”: “Esta, sim, é a *revolta* brasileira por excelência.”<sup>108</sup>

Certamente a definição de tais fenômenos reais da história, com conceitos de revolução, revolta ou sedição, são assuntos discutidos até hoje na academia, variando conforme as posições teóricas adotadas pelos autores nas suas interpretações semânticas ou da própria realidade, regra que parece não ter escapado ao presente daquela época. No entanto, em relação aos conceitos, podemos afirmar a existência de algo em comum entre todos os autores: 1) sedição possui um significado negativo, afora ser restritiva quanto às proporções de envolvimento e mudanças; 2) revolta restringe as dimensões das mudanças; e 3) revolução tem caráter positivo e de maior amplitude participativa e transformadora.

Desta forma, parece-nos que a utilização do termo “revolução” para classificar o movimento, além de ir ao encontro dos discursos dos próprios participantes dele, o que facilitava sua assimilação entre a população, também o engrandecia, pois evidenciava sua a magnitude de ação e de compromissos. Assim, o *Correio do Povo* jogava com as características semânticas da palavra para dar traços mais empolgantes à realidade.

Porém, mais intrigante e significativo foi a presença da idéia totalmente inversa de “contra-revolução”, que aparece, por exemplo, em **Ao Rio Grande e ao Brasil**, uma opinião vastamente assinada por inúmeros autores do qual falaremos novamente depois. Vejamos seus dizeres, “Honrando os seus compromissos assumidos com a Nação, o Rio Grande do Sul, sem distinção de cores partidárias, declarou-se em armas contra o Governo *revolucionário*, desregrado e imoral do Sr. Washington Luís.”<sup>109</sup> Ou seja, o governo de Washington Luís é que era revolucionário.

A explicação para tal fato, talvez possa ser encontrada nas palavras de Oswaldo Aranha em uma entrevista ao jornal (**Com o Dr. Oswaldo Aranha**): “Esta *revolução*, pelo seu caráter conservador, pois ela vai restabelecer o império da lei que a prepotência do governo federal banuiu do território nacional. É, pois, uma verdadeira *contra-revolução*,

<sup>107</sup> *Correio do Povo*, 05.10.1930, noticiário, p. 5. Grifos meus.

<sup>108</sup> *Correio do Povo*, 08.10.1930, editorial e colaborações, p. 3. Grifos meus.

<sup>109</sup> *Correio do Povo*, 05.10.1930, noticiário, p. 8. Grifos meus.

dirigida contra um governo que se colocou à margem da legalidade.”<sup>110</sup> Nesse entender, por suas características intrínsecas de resgate do perdido, não poderia ser uma revolução, mas sim uma contra-revolução.

A confusão que se estabeleceu, em nosso modo de ver, se relaciona basicamente aos objetivos que o movimento adotou, a heterogeneidade das forças que o compunham e a necessidade de se fazer mobilizante, problemas que atingiram o próprio jornal em sua abordagem. No entanto, no fim, o termo “revolução” acabou sendo preponderante, tanto entre os participantes como no *Correio do Povo*, conseguindo aglutinar maiores qualidades que os demais para alcançar os fins almejados.

Como segundo ponto devemos tratar justamente das questões que envolvem as argumentações em torno de seus objetivos. O primeiro passo dado pelo jornal, nesse sentido, foi buscar evidenciar claramente quais foram os caminhos que originaram o movimento, como no editorial, **As causas da Revolução**, onde se explica enfaticamente porque ele eclodiu, declarando sua justeza:

Ferida a luta em torno da renovação presidencial da República, todas as violências foram praticadas contra a corrente política que prestigiava os candidatos da combinação liberal. Patrocinador declarado da outra candidatura, que a ironia popular batizou de reacionária, o presidente da República sacrificou a dignidade majestática de suas funções numa seqüência de atos facciosos e de deploráveis desmandos.<sup>111</sup>

Enfatizado muitas vezes esses desmandos federais motivadores, o *Correio do Povo* partiu a mostrar as pretensões do movimento, que foram apresentadas dentro da linha do programa da Aliança Liberal, como já era de se esperar. Basicamente a tônica do que foi encontrado estava reiteradamente na crítica jurídico-política<sup>112</sup>, sem outras de natureza diversa, com apenas uma exceção. Elas podiam ser vistas nas notícias e com mais intensidade nos editoriais e colaborações, como em **A queda da bastilha brasileira**, artigo do colaborador Ivo Dutra Jób:

Enfim, os brasileiros querem um governo que seja a mais completa *garantia da Lei, do Voto, pedra basilar das verdadeiras Democracias, e de todas as liberdades públicas* que são o apanágio dos povos cultos, a prova provada da civilização de uma nacionalidade! E teremos, em breve, esse governo almejado.<sup>113</sup>

<sup>110</sup> *Correio do Povo*, 04.10.1930, telegramas, p. 2. Grifos meus.

<sup>111</sup> *Correio do Povo*, 05.10.1930, editorial e colaborações, p. 3.

<sup>112</sup> Para maior entendimento ver Capítulo 2 A crise dos anos 20, mais especificamente a página 26.

<sup>113</sup> *Correio do Povo*, 21.10.1930, editorial e colaborações, p. 3. Grifos meus.

Como ressaltamos acima, havia uma exceção, que foi o artigo **A finalidade da Revolução**, especial para o *Correio do Povo* escrito por Alaydo Gaudioso no dia 10 de outubro. Nele, se dá ênfase à questão social, algo também presente de maneira difusa e rarefeita no programa da Aliança Liberal, de como a revolução também era feita para promover a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, visando estabelecer a justiça social. Vejamos um trecho:

E entre os problemas que então se agitaram e para os quais ainda se procura a solução definitiva, *avulta a incorporação do proletariado a sociedade, a garantia de igualdade de direitos e a assistência das classes pobres*, sempre menosprezadas pelos governos despóticos e destituídos de ideais altruísticos. [...] *Não se trata, portanto, de restaurar, somente o império das leis violadas* pelas oligarquias prepotentes e viciosas.<sup>114</sup>

Outra característica a ser ressaltada é a de que o movimento era feito por pessoas idôneas, ou seja, não era composto por bandoleiros, aproveitadores ou pessoas sem palavra, irresponsáveis, mas sim pelos melhores elementos morais da sociedade. Assim, em uma notícia de nome **Na confeitaria Rocco**, o jornal procura mostrar como apesar dos acontecimentos ocorridos lá, nada havia sido roubado ou danificado.

Ontem pela manhã, os proprietários da Confeitaria Rocco, ao abrirem a casa, tiveram o cuidado de verificar se haviam sofrido, algum prejuízo, que, de resto, seria natural. Encontraram, porém, tudo em ordem. Apesar de haverem passado lá a noite, as forças revolucionárias não se alimentaram. [...] O cofre que encerrava valores, estava intacto. Ao darem esta informação ao representante do “Correio do Povo”, os proprietários da conhecida casa se mostravam verdadeiramente entusiasmados louvando *a impecável correção* das forças revolucionárias.<sup>115</sup>

Dentro desta mesma linha de conduta, em editorial do dia 17 de outubro de nome **Honestidade**, são as lideranças os personagens mostrados, em uma referência a manutenção dos compromissos assumidos. Não se podia deixar qualquer dúvida quanto ao caráter dos componentes da revolução, dos mais baixos aos mais altos na hierarquia.

Os presidentes dos Estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba acabam de endereçar um telegrama aos banqueiros oficiais do Brasil, em Londres e em Nova Iorque, afirmando que a revolução manterá todos os compromissos externos do país, assumidos até 3 de outubro. [...] Por elas (as declarações de compromisso), a nação inteira pode aferir da impressionante *honestidade* e do *límpido* patriotismo que inspiram *todo os atos* das grandes figuras civis da revolução.<sup>116</sup>

<sup>114</sup> *Correio do Povo*, 10.10.1930, editorial e colaborações, p. 3. Grifos meus.

<sup>115</sup> *Correio do Povo*, 05.10.1930, noticiário, p. 5.

<sup>116</sup> *Correio do Povo*, 17.10.1930, editorial e colaborações, p. 3. Interpolações e grifos meus.

Ademais, deve se acrescentar que ele sempre foi apresentado como um movimento de cunho nacional e popular, que apesar de ter surgido primeiramente nos estados aliancistas, são brasileiros de toda parte que o compõem e o apóiam. Isto se torna visível em um editorial, **O verdadeiro Brasil**, “O Brasil é grande, é imenso, é gigantesco. De extremo a extremo, separavam-no as terras à distância de milhares de quilômetros. Mas, nessa fantástica vastidão surgem, aqui, além, por toda a parte, as flâmulas vermelhas da grande revolução.”<sup>117</sup>

Por fim, devemos expor o insistente e incomensurável esforço de desligar a revolução do comunismo. Assim, o *Correio do Povo* procurou por várias formas eliminar esta suspeita, que muitas vezes era incentivada pelos próprios aliados do Catete, como se vê em **O perigo vermelho**, onde se esclarece aos leitores sobre esta perspectiva de ataque.

Os jornais do Catete envidaram durante algum tempo os seus esforços mais preciosos no sentido de atemorizar a opinião do país com a possibilidade de um surto bolchevista uma vez deflagrado o movimento de regeneração dos nossos costumes políticos. Era o espantalho – esse sim “papão” fantasmal para assustar crianças – com que eles sonhavam afastar da corrente já então vitoriosa, as classes conservadoras do país.<sup>118</sup>

O medo de que a revolução fosse considerada comunista era tanto, que se recorre até mesmo à publicação de uma mensagem do respeitável, e “expert” no assunto<sup>119</sup>, arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, (**Uma mensagem de Dom João Becker ao episcopado nacional e estrangeiro**):

D. João Becker, arcebispo metropolitano desta capital, fez irradiar hoje o seguinte: Mensagem ao nobre episcopado nacional e estrangeiro. Condenando a campanha difamatória movida contra nossa terra e nossa gente, faço esta declaração, como bispo brasileiro, em testemunho da verdade. A revolução do Estado do Rio Grande do Sul tem caráter puramente político, está completamente alheio ao comunismo, cujas doutrinas e perversas práticas repele com energia.<sup>120</sup>

Como podemos ver o comunismo era algo detestável, mas ao mesmo tempo uma ameaça vista como real, o que forçava a inúmeras considerações “esclarecedoras”.

### 3.3 As ações militares, a mobilização e a vitória incontestável

<sup>117</sup> *Correio do Povo*, 08.10.1930, editorial e colaborações, p. 3.

<sup>118</sup> *Correio do Povo*, 09.10.1930, editorial e colaborações, p. 3.

<sup>119</sup> Dom João Becker mantinha uma coluna no *Correio do Povo* na parte reservada às notícias religiosas intitulada “O comunismo russo e a civilização cristã”. Nesta, ele aborda negativamente diversos pontos do comunismo.

<sup>120</sup> *Correio do Povo*, 12.10.1930, capa.

Ao começar a revolução, o jornal faz uma intensa cobertura de todos os seus passos, mostrando ao público leitor cada ação nos mais minuciosos detalhes. Como exemplo disso, temos a notícia de um dos primeiros ataques promovidos pelos revolucionários, o ataque ao Quartel General da 3ª Região Militar em Porto Alegre, denominada de **O ataque ao Quartel General**:

Eram precisamente 17 horas e 25 minutos, quando foi dada ordem para iniciar o ataque. Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, o capitão Agenor Feio e aquele pugilo de civis, já então consideravelmente aumentando, investiram resolutamente em direção ao Quartel General. Rompido o fogo, este prolongou-se nutrido, por espaço de uns 10 minutos, cessando em seguida.<sup>121</sup>

Notícias deste tipo continuaram durante o decorrer de todo o movimento, do seu início até o fim, abarcando os diferentes pontos do país onde ele avançava, desde o mais longínquo Norte até as localidades mais próximas. A cobertura se manteve mesmo nos momentos mais graves, como durante os combates que decorreram em São Paulo, mais especificamente em Itararé, como podemos ver em **A ação dos gaúchos na frente paulista**:

Nossas forças em operações na fronteira de São Paulo obrigaram o inimigo retroceder para além dos rios Paranapanema e Itararé, os quais estão sendo transpostos em diversos pontos pelas tropas nacionais. Perdemos contato com o inimigo em consequência de sua retirada.<sup>122</sup>

Assim, o *Correio do Povo* demonstrava seu profundo interesse pela revolução, passando a excluir basicamente do jornal notícias de outra natureza, como as de cunho internacional, que desapareceram temporariamente. Além do mais, devemos salientar que todos os acontecimentos sempre foram mostrados a partir do ponto de vista dos revolucionários, sem uma perspectiva do outro lado, como se nota no trecho acima selecionado, um excerto absorvido integralmente do Serviço de Informações e Controle (SIC) mantido pelos próprios revolucionários.

Outro ponto a se destacar é justamente a origem das informações, como o *Correio do Povo* as obtinha? Na realidade, elas eram conseguidas dos mais variados modos, através de correspondentes especiais que estavam junto às forças revolucionárias, como é o caso do jornalista José Antônio Flores, que fora integrado ao Estado Maior revolucionário; por telegramas de conhecidos; por outros jornais, estes são diversos, mas principalmente os do

<sup>121</sup> *Correio do Povo*, 04.10.1930, telegramas, p. 2. Lembremos aqui que o *Correio do Povo* era impresso de madrugada (geralmente entre a meia noite e às duas da manhã) e a tomada do Quartel General recém tinha se finalizado no início do anoitecer, mesmo assim o jornal já possuía todos os mais precisos detalhes.

<sup>122</sup> *Correio do Povo*, 21.10.1930, telegramas, p. 2.

Distrito Federal (Rio de Janeiro); por agências de notícias, como a Agência Farroupilha (Farroupilha) e Agência Americana (A.A.); pelas rádios, principalmente a Rádio Farroupilha; pela sucursal no Rio; por entrevistas com líderes; e pelo Serviço de Informações e Controle acima citado. O essencial mesmo é perceber o livre trânsito e a aceitação que o jornal tinha entre os revolucionários, que não só o abasteciam com informações como também nunca promoveram nenhuma ação ou crítica contra o mesmo.

Além desta cobertura, o *Correio do Povo* foi um ativo auxiliar na mobilização geral da sociedade para o conflito (em prol dos revolucionários, é claro) e isso por meio de inúmeras maneiras. A primeira que devemos citar é o incentivo a doações para a campanha militar. Todos aqueles que doavam algo, pessoas físicas ou jurídicas, eram reconhecidas pelo jornal, que postava seus nomes em homenagem, colocando-os até mesmo em lugares nobres como a capa. É esse o teor da notícia **Oferecimento de vacina, gratuitamente:**

Oferecendo ampolas e vacinas, os dirs. Pereira Filho e Oscar Pereira, diretores do Instituto “Pereira Filho”, dirigiram ao presidente do Estado a seguinte carta: “Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul. – Temos a subida honra de oferecer, gratuitamente, a v. excia. cheios de entusiasmo pela gloriosa causa nacional, corporada pelo Rio Grande, as ampolas de urgência e as vacinas imunizantes que nos foram requisitas.<sup>123</sup>

Em segundo lugar, estão as muitas conclamações realizadas pelo *Correio do Povo* à população, chamando-a a participar. Algumas vezes, se pode perceber mais explicitamente ainda a posição do jornal, pois alguns de seus funcionários e colaboradores diretos chegam a assinar os artigos, como é o caso deste intitulado **Ao Rio Grande e ao Brasil**, onde se vê a assinatura do diretor André Carrazzoni, do colunista De Sousa Júnior, do colaborador Alcides Maia, e do ex-diretor Fernando Caldas, parente direto da família proprietária.

Nenhum rio-grandense digno de tal nome, em que se resume uma fulgurante tradição de altruísmo, de bravura e de protestos contra todos os despotismos, pode ficar indiferente ao glorioso e empolgante espetáculo da insurreição nacional. [...] Rio-grandenses! Todos unidos em marcha para a vitória!<sup>124</sup>

O interessante é ver que a preocupação de conseguir a participação era tão grande, que atingia também a busca do envolvimento dos imigrantes de todas as origens, italianos, alemães, poloneses, etc., muitos dos quais sequer entendiam português. Para isso, além de

<sup>123</sup> *Correio do Povo*, 07.10.1930, capa.

<sup>124</sup> *Correio do Povo*, 05.10.1930, noticiário, p. 8.

chamá-los diretamente, citando as referidas comunidades, certa vez, o jornal chegou a lançar mão de artigo em italiano, denominado **Italiani, avanti!**. Vejamos seu primeiro trecho:

Italiani, fratelli! Ore di grandezza storica passa la generosa terra dove l'Eore del due Mondi, Giuseppe Garibaldi, bagnó col suo sangue. [...] Uniamoci ai giovani figli del Rio Grande del Sud, al loro glorioso Governo, che nell'ora estrema hanno tutto abbandonato del proprio, per pensare ed agire per la grandezza e felicità della loro benecta Patria!<sup>125</sup>

Estes apelos a participação não eram apenas feitos pelos funcionários do *Correio do Povo*, mas também podiam ser através da voz das próprias lideranças revolucionárias, que tinham seus discursos da mesma espécie expostos integralmente pelo jornal. Como exemplo, temos **O discurso do deputado Batista Luzardo**, membro da bancada federal do PL, que ganha destaque na capa do dia 11 de outubro:

Foi o seguinte o discurso proferido, das sacadas do Cidade Hotel, pelo deputado Batista Luzardo: - Soldados da regeneração nacional! O instante já não comporta mais palavras. Falamos muito. Não direi demais, porém o suficiente para termos estabelecido esta formidável corrente de opinião, que se verifica, nesta hora, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul (Aplausos) [...] E, neste instante, meus camaradas, soldados da grande causa nacional, todos devemos dizer é isto: aqui estou para cumprir o meu dever.<sup>126</sup>

Cabe aqui fazermos uma importante ressalva nesta mobilização. Como sabemos, o movimento foi basicamente executado por militares e por civis ligados as oligarquias, sem a participação do grosso do povo, com raras exceções, como foi o caso da tomada de Recife. Assim, quando ele foi chamado a se envolver mais ativamente foi sempre sob a condição de se enquadrar dentro dos limites impostos hierarquicamente pela cúpula dos revolucionários, sem admissão de espontaneísmos ou qualquer outra forma de organização e ação.

Visando colaborar com este processo, que ia ao encontro a sua linha de pensamento, o *Correio do Povo* buscou sempre mostrar essas restrições gerais em suas páginas como normais e bem quistas; a subversão da ordem e a “anarquia” eram tidas como uma grande preocupação durante aqueles dias. É nesse sentido, que encontramos a publicação **Proclamação da chefia de polícia**, onde se anuncia o retorno à normalidade e que “qualquer requisição *somente* deverá ser atendida, quando assinada pelo presidente do Estado, pelo

<sup>125</sup> *Correio do Povo*, 14.10.1930, noticiário, p. 5. Italianos, irmãos! Horas de grandeza histórica passa a terra generosa, onde o herói dos dois mundos, Giuseppe Garibaldi, banhou o seu sangue. [...] Unamo-nos aos jovens filhos do Rio Grande do Sul, ao seu glorioso governo, que na hora extrema tudo abandonou, por pensar e agir pela grandeza e felicidade de sua bendita Pátria! (Tradução livre)

<sup>126</sup> *Correio do Povo*, 11.10.1930, capa.

Secretário do Interior e Exterior, ou pelo chefe do S.I. da 3ª Região”<sup>127</sup>, sendo esta assinada pelo próprio chefe de polícia, Florêncio de Abreu, e também a notícia **A ocupação do edifício dos Correios e Telégrafos**, onde armas que tinham sido distribuídas a civis por ocasião da tomada do referido prédio foram prontamente devolvidas:

Às 21 horas, os civis tiveram ordem do dr. Mauricio Cardoso de abandonar o próprio federal, que passou a ser guarnecido por uma força da Brigada Militar, sob o comando do tenente Othelo Frota. Por essa ocasião os revolucionários fizeram a devolução de suas armas.<sup>128</sup>

Ao mesmo tempo em que os discursos eram publicados, eram feitos muitos elogios aos líderes nas páginas dedicadas aos editoriais e colaborações, como é o caso de um artigo de nome **Tenacidade**. Este é uma opinião sem assinatura, ou seja, algo propriamente do jornal, em que Oswaldo Aranha é bastante destacado:

A alma, o nervo, o braço da revolução foi Oswaldo Aranha. Dizendo isso, não se procura amesquinhar a colaboração de ninguém no balanço do movimento, apenas se presta uma homenagem impessoal ao homem representativo da nossa boa fé e da nossa tenacidade.<sup>129</sup>

Em outros casos se faz o engrandecimento das principais personalidades e do próprio movimento por meio de exageros nas notícias. Um exemplo disso é a chegada de Assis Brasil, renomada liderança libertadora, a cidade de Pelotas (**Dr. Assis Brasil: A chegada a Pelotas e as homenagens prestadas**) onde se anuncia que o povo está presente em quantidade “incalculável” e se forma um acompanhamento de “centenas” de automóveis em sua saída do local. Ora, apesar de Pelotas ser uma das maiores cidades do estado na época, imaginar a possibilidade de número tão grande de pessoas e automóveis é algo impensável.

Pelotas, 7 - Neste instante acaba de desembarcar o Sr. Assis Brasil. O entusiasmo do povo é indescritível. A gare está inteiramente tomada por uma verdadeira multidão, sobressaindo exmas. famílias. O povo, em número *incalculável* dá vivas ao Sr. Assis Brasil, assim como aos principais nomes da Aliança Liberal. Foi formado um préstito em que tomaram parte *centenas* de automóveis.<sup>130</sup>

Outra questão examinada é a presença de notícias que anunciam os locais de alistamento para quem quiser participar, como nesta de nome **7º Batalhão de caçadores está aceitando voluntários**, onde se lê o seguinte: “Esteve, ontem, na redação desta folha o

<sup>127</sup> *Correio do Povo*, 05.10.1930, noticiário, p. 7. Grifos meus.

<sup>128</sup> *Correio do Povo*, 04.10.1930, capa.

<sup>129</sup> *Correio do Povo*, 11.10.1930, editorial e colaborações, p. 3.

<sup>130</sup> *Correio do Povo*, 08.10.1930, capa. Grifos meus.

tenente Mozart Noronha, que veio, de parte do tenente Buys, comandante do 7º Batalhão de Caçadores, nos comunicar estar aquele batalhão recebendo voluntários que queiram completar o seu efetivo.”<sup>131</sup>

O *Correio do Povo* demonstra ser tão participativo para o desenvolver da luta, que publica até mesmo ameaças direcionadas ao lado opositor. Em **Um apelo ao Estado do Rio**, notícia que se encontra na capa do jornal, se transcreve uma legítima requisição de aceitação da derrota por parte das personalidades importantes da política que estavam do lado do Catete<sup>132</sup>, caso contrário sofreriam as conseqüências.

Bagé, 11 – Caio Carvalho, advogado e fazendeiro aqui residente, e ex-prefeito da cidade de Campos, dirigiu ontem o seguinte telegrama a cada um dos destinatários abaixo: “Drs. Manoel Duarte, presidente do Estado, Feliciano Sodré e Miguel Carvalho, senadores e Oliveira Botelho ministro da fazenda. Rio. Na emergência política da atualidade o Estado do Rio, pelos seus dirigentes, deve dar um passo para a frente arvorando a bandeira da nova república. Caso contrário será arrastado pelas circunstâncias da revolução sem o alento dos princípios liberais e o valimento de algum prestígio.”<sup>133</sup>

Por fim, dentro desta perspectiva de auxílio, temos de falar ainda do empenho extra-produção jornalística realizado pelo *Correio do Povo*, isto é, feitos para além do jornal materialmente falando, mas que foram citados orgulhosamente em suas páginas. Para exemplificá-los podemos indicar as seguintes notícias: **Distribuição de cigarros as tropas**, “Uruguaiana, 10 - Por iniciativa do pessoal da sucursal do ‘Correio do Povo’ e do jornal ‘A Nação’ foram adquiridas duas mil carteiras de cigarros, indústria uruguaianense, denominados ‘Rio-grandenses’, afim de serem distribuídos [...]”<sup>134</sup>; e **Funcionários do “Correio do Povo” que se incorporam**, “Cinco dos nossos dedicados companheiros acabam de deixar as funções que exerciam nesta folha para se incorporarem às forças que cooperam na santa causa da redenção nacional.”<sup>135</sup>

Para completar esse quadro, cabe falar por último, do oferecimento de uso aos revolucionários do estaleiro do Sr. Joaquim Alcaraz, irmão de dona Dolores Alcaraz Caldas (proprietária do jornal), e ativo ajudante administrativo do *Correio do Povo* durante muitos anos. O ato foi noticiado no dia 10 de outubro (**Oferecimento do Estaleiro Alcaraz**)<sup>136</sup>, sendo que na data de 28 do mesmo mês se anunciava com uma foto na contracapa, a

<sup>131</sup> *Correio do Povo*, 05.10.1930, noticiário, p. 5.

<sup>132</sup> O Palácio do Catete era sede do poder executivo da União.

<sup>133</sup> *Correio do Povo*, 14.10.1930, capa.

<sup>134</sup> *Correio do Povo*, 12.10.1930, noticiário, p. 5.

<sup>135</sup> *Correio do Povo*, 09.10.1930, editorial e colaborações, p. 3.

<sup>136</sup> *Correio do Povo*, 10.10.1930, capa.

construção de um tanque de guerra naquele local (**O Rio Grande em pé de Guerra: em 15 dias, foi construído em Porto Alegre um carro de assalto blindado**), o primeiro tanque produzido no Brasil que se tem registro: “Entre o material bélico manufaturado nesta capital, destaca-se um carro de assalto blindado, que foi construído nesta capital, em 15 dias, pelos srs. Alcaraz e Cia., proprietários dos estaleiros da Ilha do Chico Inglês.”<sup>137</sup>

O envolvimento era total, e o *Correio do Povo* estava tão certo da vitória que repassava a imagem desde seu início de que o desfecho favorável era inevitável. Essa concepção pode ser vista em notícia vinculada com o título **Não acredita na vitória**, de 09 de outubro, onde se pode ler o seguinte:

A Agência Farroupilha conseguiu apanhar hoje, um rádio de Florianópolis, pelo qual se vê que o presidente da República, iludido como sempre de que o Brasil, de Norte a Sul, o poderá aturar até o fim do seu desastroso governo, sem uma ameaça de revolta, diz que a revolução ora lastreada por todo o território, e *já vitoriosa* por ser uma causa sagrada onde comungam todas as forças vivas da pátria, numa união generalizada e única, não está triunfante em todos os pontos do Brasil.<sup>138</sup>

As próprias dificuldades que o movimento encontrou em alguns momentos, como a falta de munição e armamento suficiente, além de algumas resistências inesperadas, como demonstra Hélio Silva várias vezes em sua obra<sup>139</sup>, não foram noticiadas ou comentadas, a não ser quando eram superadas. Ademais, todos os atos dos revolucionários quase sempre eram taxados de heróicos ou com outro adjetivo qualquer de igual magnitude. A perspectiva que se tinha era a de não abalar a moral positiva estabelecida e de apostar todas as fichas na vitória.

### 3.4 Sobre João Pessoa

Uma das personalidades comprometidas com a Aliança Liberal e com a revolução que merece ser destacada pelo seu peculiar envolvimento e destino é o governador da Paraíba e candidato a vice-presidência, João Pessoa. Executor de uma política considerada modernizante e audaciosa, nos dois anos de mandato em que governou o seu estado enfrentou uma ferrenha oposição dos coronéis do interior em suas medidas, atritos que acabaram gerando o conflito de Princesa e como conseqüência indireta seu assassinato.<sup>140</sup>

<sup>137</sup> *Correio do Povo*, 28.10.1930, contracapa.

<sup>138</sup> *Correio do Povo*, 09.10.1930, telegramas, p. 2. Grifos meus.

<sup>139</sup> Ver SILVA, op. cit., p. 213-214 e 236-237.

<sup>140</sup> Para maiores esclarecimentos ver nota 87.

Porém, como sabemos, o crime que fora de ordem sumamente pessoal foi explorado pelos revolucionários como de natureza especificamente política, o que possibilitou a aglutinação de todos que estavam ainda receosos dentro do movimento e também deu justificativa final a eclosão do mesmo. Foi com este enfoque que o *Correio do Povo* se inseriu, mantendo o assunto sempre vivo em suas páginas para que ninguém o esquecesse e consolidando uma visão de mártir ao personagem, sem nunca esclarecer as circunstâncias reais de sua morte. O jornal simplesmente absorveu o discurso dos revolucionários e lhe deu continuidade e intensidade.

Uma das medidas assumidas foi noticiar e publicar discursos na íntegra que tinham como temática João Pessoa, este é o caso de **Um requerimento do deputado Carlos Mangabeira**<sup>141</sup>, em que o respectivo político do PRR propõe, em sessão da Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul, que a casa preste uma homenagem ao falecido. Dando prosseguimento à cobertura da mesma, outros deputados, como João Carlos Machado (PRR) e Edgar Schneider (PL), que tomaram a palavra e fizeram demorados pronunciamentos com o mesmo fim, exaltando as qualidades do morto, tiveram seus discursos igualmente publicados.

No dia 05 de outubro, o *Correio do Povo* acompanhou detalhadamente as manifestações em torno da requisição de troca de nome da Avenida Redenção para Avenida João Pessoa em Porto Alegre, algo que foi apoiado pelo jornal. A notícia intitulada **Foi ontem prestada uma homenagem a João Pessoa: Constou ela em substituir o nome da avenida Redenção pelo do extinto presidente da Paraíba** mereceu uma página inteira, mostrando desde a reunião dos requerentes, a formação de uma comissão, os discursos em suas defesas, até o ato administrativo do intendente Alberto Bins (PRR) que deu termo ao referido assunto. Vejamos um trecho da fala do deputado Lindolfo Collor (PRR) na ocasião:

Foi o heróico presidente da Paraíba, sem nenhuma sombra de dúvida, pelos seus sofrimentos e seus sacrifícios, pela sua nobreza e pela sua bravura, pela sua desambição e pela sua renúncia, a figura máxima deste formidável movimento de opinião que sacode o Brasil [...] <sup>142</sup>

Maior prova do empenho do *Correio do Povo* em promover o nome de João Pessoa está na campanha de divulgação do “Hino a João Pessoa”. O jornal anunciava constantemente as datas e locais de ensaio para que as pessoas aprendessem o hino e se preparassem para participar de uma passeata a ser realizada no dia 12 de outubro, como podemos ver em **Hino a João Pessoa**, “A Banda Municipal, em colaboração com o Orfeão Rio-grandense, convida a

<sup>141</sup> *Correio do Povo*, 03.10.1930, noticiário, p. 7.

<sup>142</sup> *Correio do Povo*, 05.10.1930, telegramas, p. 2.

todas as pessoas que quiserem tomar parte no grande coro, para cantar o Hino a ‘João Pessoa’, na passeata cívica, e concerto no Auditório Araújo Viana [...]”<sup>143</sup>

No entanto, a ação não parou por aí, chegando a divulgar o próprio hino mesmo depois da realização da passeata, constando-se isso em seu editorial do dia 21 de outubro, onde o põe no canto superior direito com grande destaque. Em baixo do título, **Hino a João Pessoa**<sup>144</sup>, vinha a letra completa para que todos a conhecessem.

Hino a João Pessoa  
Marcha  
(música de Eduardo Souto – letra de Oswaldo Santiago)

1° Lá no Norte um herói altaneiro Que da Pátria o amor conquistou, Foi um vivo farol que, ligeiro, Acendeu e depois se apagou.	3° Como um cedro que tomba na mata, Sob um raio que em cheio o ferio, Assim ele, ante a fúria insensata De um feroz inimigo, caiu!...
2° João Pessoa, João Pessoa, Bravo filho do sertão Toda a Pátria espera um dia A tua ressurreição. João Pessoa, João Pessoa, O teu vulto varonil, Vive ainda, vive ainda, No coração do Brasil.	4° João Pessoa, João Pessoa, (etc.)
	5° Paraíba, ó rincão pequenino, Como grande esse homem te fez! Hoje em ti cabe todo o destino, Todo orgulho da nossa altivez!
	6° João Pessoa, João Pessoa, (etc.)

O interesse do *Correio do Povo* em demonstrar que o assassinato de João Pessoa foi um crime político era tanta, confirmando assim seu martírio, que em algumas notícias vinculou-se o nome de João Suassuna (ex-governador da Paraíba, deputado federal pelo PRPb à época e inimigo político do chefe aliancista) a seu homicídio, relacionando-o como mandante, fato completamente duvidoso, mas que era mostrado com total certeza. É exemplo disso **Assassinio de um deputado**, “O Rádio Cruzeiro informa foi assassinado no Rio, o deputado reacionário João Suassuna, *indigitado mandante* do assassinato do presidente João Pessoa.”<sup>145</sup>

Dentro dessa mesma perspectiva, o *Correio do Povo* lança notícia denominada **Está extinta a sinistra trindade que projetou e executou o assassinato do glorioso João Pessoa**, onde o título anuncia o falecimento de três pessoas envolvidas com o homicídio, sendo um

<sup>143</sup> *Correio do Povo*, 09.10.1930, capa.

<sup>144</sup> *Correio do Povo*, 21.10.1930, editorial e colaborações, p. 3. O hino deve ser lido da esquerda para direita.

<sup>145</sup> *Correio do Povo*, 10.10.1930, capa. Grifos meus.

deles João Suassuna, acima citado; e os outros dois, presumivelmente, João Dantas, o assassino; e Augusto Caldas, que era cunhado de Dantas e deu abrigo a ele após o crime, mas que também fora acusado de estar inteiramente envolvido; estes dois últimos morreram de forma “estranha” no dia 6 de outubro durante a ocupação de Recife.<sup>146</sup> Dizemos que é presumível porque no corpo do texto só se faz referência a um deles, isto é, ao primeiro, que é citado para se fazer a associação entre o “suposto” mandante e os congressistas da situação que fazem seu panegírico.

Rio, 11 (Farroupilha) – O senador José Augusto fez o necrológio, no Senado do deputado João Suassuna, justificado, em plena rua do Rio, por um popular, cujo nome ainda se ignora. Sr. José Augusto teceu um hino à lealdade do assassino do presidente João Pessoa, pedindo homenagem à sua memória. A célebre legião dos “33 do Catete”, aprovou o requerimento do Sr. José Augusto.<sup>147</sup>

A julgar pela informação do jornal, podemos confirmar a eficácia da consagração da exaltação dos próceres do movimento ainda durante o desenrolar dos acontecimentos e isso através de um modo bastante particular. Em notícia do dia 19 de outubro, **Os nomes do dia**, se destacava que recém-nascidos estavam recebendo os nomes de lideranças da revolução, sendo encontrado entre eles, em especial relevo, um João Paraíba.

O “record”, porém, pertence a Bagé, onde, em um jornal de 2 do corrente, lemos a participação do nascimento de um - João Paraíba. E assim, vão ficando perpetuados aqueles que tudo envidam por um Brasil mais feliz e mais cheio de glória, de felicidade e de liberdade.<sup>148</sup>

Por fim, essa consideração poderia ser reforçada ainda com a notícia de 04 de novembro, **O túmulo de João Pessoa**, no pós-vitória, que retratava a visita feita pelo público ao túmulo do falecido governador, “Rio (C.P.) – O túmulo do grande presidente João Pessoa foi, ontem, no Cemitério de João Batista, desde cedo muito visitado e coberto de flores. Houve momentos deveras emocionantes.”<sup>149</sup> Em suma, lembrar este personagem específico era uma forma sintética de recordar e exaltar o movimento, suas causas e seus objetivos, mantendo firme o apoio da população.

### 3.5 Sobre Vargas

<sup>146</sup> As circunstâncias da morte de João Dantas e Augusto Caldas jamais tiveram uma explicação satisfatória, não se sabendo se foi um duplo suicídio ou uma dupla execução. Ver: SILVA, op. cit., p. 307-312.

<sup>147</sup> *Correio do Povo*, 12.10.1930, noticiário, p. 7.

<sup>148</sup> *Correio do Povo*, 19.10.1930, capa.

<sup>149</sup> *Correio do Povo*, 04.11.1930, contracapa.

Getúlio Vargas é sem sombra de dúvida um dos personagens que mais se sobressaiu durante o movimento revolucionário de 1930. Filho de tradicional família gaúcha de pecuaristas, membro da oligarquia estadual, trilhou toda sua carreira política dentro dos moldes costumeiros da Primeira República, com todas as implicações que isso significa. Representando o Partido Republicano Rio-grandense, partido da situação no Rio Grande do Sul, foi deputado estadual, deputado federal e ministro da Fazenda do próprio Washington Luís, até concorrer e vencer ao cargo de governador de seu estado em 1928, cargo na qual se encontrava quando disputou à presidência do país pela Aliança Liberal e quando se envolveu com os trâmites em torno da revolução.

A primeira coisa que podemos notar na disposição do *Correio do Povo* sobre Vargas é seu total silêncio sobre seu passado político, isto é, em relação às suas atitudes, aos seus discursos e aos seus comprometimentos, procedimento despendido da mesma forma aos demais líderes revolucionários. Partia-se do princípio que aquilo que realmente tinha valor era as intenções futuras, uma clara alusão de que o jornal ou queria esconder este passado por interesses reais ou simplesmente fazia uma péssima análise política e histórica. Em nosso entender, a primeira hipótese é que pode ser confirmada, tanto pelo modo como o jornal agiu em todo movimento, como pela competência de seus profissionais.

Em seguida, devemos tratar do ponto da caracterização pessoal de Vargas realizada pelo *Correio do Povo*. Em todas as referências a ele, podemos encontrar a percepção de que era um “grande” homem, uma pessoa com excelentes qualidades e virtudes, mesmo perante as mais adversas situações, o que nos remete a visualizar uma legítima declaração de confiabilidade em sua liderança. É nesse sentido que se apresenta o teor desta notícia, **O exemplo da serenidade**, onde se pode ter uma amostra de tal tratamento:

É proverbial a calma do presidente Getúlio Vargas. Ainda nos transeis mais difíceis, o ilustre estadista não perde a tranqüilidade, com um sorriso sempre a bailar-lhe nos lábios. E foi com bom-humor costumeiro que a exc. recebeu, incorporada, á tarde de ontem, a Assembléa do Estado.<sup>150</sup>

No entanto, a questão mais interessante sobre esta personalidade se encontra no modo como o periódico vai tratá-lo dentro de sua participação do movimento. Não falamos aqui de ele ser reconhecido como o “comandante em chefe das forças revolucionárias”, o que de fato era algo verídico, mas sim no adjetivo de “eleito” com qual passou a ser qualificado. A primeira manifestação encontrada foi em uma notícia da capa do dia 12 de outubro intitulada

<sup>150</sup> *Correio do Povo*, 08.10.1930, telegramas, p. 2.

**Viva o presidente eleito da República**, que fazia menção a uma conclamação proferida por Oswaldo Aranha por ocasião da partida do trem que levaria Vargas para frente de combate, “Justamente na ocasião em que o trem se punha em movimento, o Dr. Oswaldo Aranha ergueu um ‘Viva ao presidente eleito da República.’”<sup>151</sup>

A partir deste momento, outras vezes Vargas será chamado desta forma; novamente o *Correio do Povo* estava a desenvolver uma idéia lançada pelos próprios revolucionários. De grande expressão nesse sentido é a capa da edição do dia 26 de outubro, onde aparece no centro da página uma grande imagem de Vargas enrolado na bandeira nacional com uma frase em destaque acima dela com os dizeres **O eleito do povo**. Na legenda da citada imagem, se pode ver o desdobramento desta concepção, “A onda invencível que nos libertou das algemas foi conduzida pela bandeira sagrada da Pátria. É envolto nela que Getúlio Vargas, *o eleito do povo*, vai a chamado da Junta Governativa, ocupar o supremo posto que lhe foi confiado pela vontade soberana da nação, [...]”<sup>152</sup>

A grande questão com a qual nos deparamos é, como compreender esta afirmação de que Vargas era o presidente eleito? A única explicação plausível nos parece ser que apesar dele não ter sido realmente eleito nas eleições de março de 1930, por causa da conformação mesma do regime eleitoral e, de modo geral, do próprio sistema político, o jornal interpretava que a real “vontade do povo” e da “consciência nacional” era que ele tivesse vencido, ou seja, mesmo sem ser eleito nos termos legais ele era verdadeiramente “o escolhido”. Trabalhava-se assim com o duplo significado semântico da palavra. Parecia que a única coisa que faltava a Vargas era ser empossado.

A confirmação dessa idéia pode ser vista estampada na capa do dia 01 de novembro em **O Correio do Povo ao Dr. Getúlio Vargas**, onde está publicada uma mensagem do jornal para Vargas com a assinatura coletiva de “Direção do Correio do Povo”:

“O Correio do Povo”, espelhando a alma de todo o Rio Grande, tem incomparável satisfação de, no momento em que V. Exc. toma em suas mãos os destinos do Brasil, augurar um fecundo, um tranqüilo, um brilhante governo. O Rio Grande está certo que Getúlio Vargas, *presidente eleito e agora empossado* pela soberana pressão da consciência nacional, [...]”<sup>153</sup>

### 3.6 O golpe de 24 de outubro e os rumos do movimento

<sup>151</sup> *Correio do Povo*, 12.10.1930, capa.

<sup>152</sup> *Correio do Povo*, 26.10.1930, capa. Grifos meus.

<sup>153</sup> *Correio do Povo*, 01.11.1930, capa. Grifos meus.

Com o golpe de 24 de outubro dado pela alta cúpula das forças armadas no Rio de Janeiro, findava-se o governo de Washington Luís, que fora aprisionado no Forte de Copacabana, ficando impedidos também de assumirem o cargo seus substitutos na linha constitucional. Assim estabeleceu-se uma Junta Provisória composta pelo Gen. Mena Barreto, Gen. Tasso Fragoso e o Alm. Isaías de Noronha que passaram a governar no lugar dos depostos.

No entanto, como se sabe, este movimento foi uma manobra militar independente, desligado e desconhecido das forças revolucionárias, uma ação realizada somente após a constatação de que o peso da balança já pendia para aqueles. Desta forma, oportunamente as forças militares que até então combatiam ou pelo menos se mantinham junto à legalidade, como é de se esperar na ação dos militares, acabou se orientando para outro lado.

Apresentando esses acontecimentos, o *Correio do Povo* o faz como se fosse a vitória da própria revolução, constatando-se isso declaradamente na manchete da capa do dia 25 de outubro, **Pátria! Pátria! Desde ontem estás redimida da tirania que te humilhava!**<sup>154</sup>, sem sequer colocar a possibilidade de que a junta quisesse se manter e continuar com a mesma linha política, dúvida esta que se sustentou durante algum tempo entre as forças revolucionárias que receosamente a mantiveram sob suspeita de ambição.

Ainda no dia 25 podemos ver a opinião do jornal em seu editorial, em um artigo intitulado **Alegria! Alegria!**, em que se lê “que as tropas do Exército e da Marinha tinham feito *causa comum* com a revolução.”<sup>155</sup> Não resta dúvida que o *Correio do Povo* mostrou os militares do Rio de Janeiro como integrantes do mesmo processo revolucionário e como tendo os mesmos objetivos. O que é difícil saber é se o jornal realmente temeu a ação da junta e escondeu ao seu público ou simplesmente não percebeu essa possibilidade. Novamente pelas suas circunstâncias estruturais e pelas afinidades com as lideranças, nos parece que a resposta mais adequada seja que ele tenha escondido para não causar nem um pânico desnecessário entre a população de que a guerra ou a mesma política poderia continuar.

Enfim, o jornal nunca deixou de afirmar que a junta deixaria o governo e que Getúlio Vargas assumiria a presidência sem qualquer percalço, sendo só uma questão de tempo, pois tudo já estava terminado, os rumos já haviam sido decididos. A constatação de tal forma de ver as coisas se dá tanto nas entrelinhas como pelo silêncio de alguma disposição em contrário.

---

<sup>154</sup> *Correio do Povo*, 25.10.1930, capa.

<sup>155</sup> *Correio do Povo*, 25.10.1930, editorial e colaborações, p. 3. Grifos meus.

Interessante é salientar que do início até o fim da revolução o jornal se manteve firme em não se incomodar com as adesões, principalmente a dos militares, pelo menos até que a vitória lhe parecesse segura. Inclusive para estes chegou a justificá-las, como podemos ver em um artigo na capa do dia 26 de outubro com nome de **Cavalheirismo**:

Trata-se de uma situação toda particular: os militares que não acompanharam a Revolução, que contra ela se bateram, tomaram tal atitude por um erro bem deplorável mas bem humano, como todo os erros. Tinha da disciplina um conceito restritíssimo, que lhes impunha um verdadeiro automatismo em verdade deprimente e a defesa cega dos piores governos dissimulados sob a capa da falsa legalidade. [...] Logo que reconheceram o atalho em que pisavam, recuaram, tomando o caminho reto.<sup>156</sup>

Assim, no entender do jornal a disciplina tinha um limite, que não era o da defesa irrestrita do governo, mas sim o da defesa da verdadeira legalidade. Condicionado pelas dificuldades da sua profissão, os militares estavam com uma percepção errônea da situação, sendo algo inteiramente compreensível, assim como a mudança de atitude no sentido de trocarem de lado perante a boa visualização da realidade. Em relação a este artigo, pela data em que aparecia e por sua disposição espacial, pode-se ver claramente que era uma justificativa direta ao golpe que derrubara o governo de Washington Luís. Devia-se aceitar positivamente o empenho daqueles que até então estavam do lado oposto.

Entretanto, quando tudo já estava definitivamente certo quanto aos rumos dos acontecimentos, nos fins de outubro, estando decidido que Vargas assumiria o governo, começam a aparecer algumas críticas nos editoriais e colaborações. Entre as encontradas, destacamos uma referente às próprias adesões de ex-governistas, **O mal das adesões**, opinião do jornal do dia 30 de outubro:

Antes que o executassem, a Vitória, sorrindo amplamente aos revolucionários, deixou-os surpreendidos. De admirados, passaram a egoístas. O egoísmo insinuou-lhes a adesão. E ei-los a se aproveitarem do momento para transfugir da causa ingrata para a causa generosa [...]<sup>157</sup>

A partir daí, o jornal compreendia que não era mais necessário aceitar determinadas atitudes e opiniões como até então vinha fazendo, pois o período de turbulências já havia passado, assumindo assim mais autonomia em relação à revolução, mas de uma forma um tanto branda e velada. São deste mesmo teor também algumas orientações e avisos dados, como em **Círculo Vicioso**, onde se comenta as linhas gerais do programa revolucionário e se

<sup>156</sup> *Correio do Povo*, 26.10.1930, capa.

<sup>157</sup> *Correio do Povo*, 30.10.1930, editorial e colaborações, p. 3.

define que há de se tomar cuidado não apenas com o governo central, mas também com os estaduais.

Seria negar a eficiência da grande revolução nacional afirmar que ela visou somente o presidente da República, quando simultaneamente foram visados todos os governos oligarquizados. As armas revolucionárias bateram um e outros em conjunto, esfarelado o bloco que elegia os magistrados nacionais e, ao mesmo tempo, os magistrados estaduais.<sup>158</sup>

Porém, o maior empenho por estes dias se encontrava em consolidar uma visão de volta à normalidade no país, com notícias e opiniões positivas referentes aos fins dos combates, queda dos governadores da situação que ainda se mantinham, nomeações ministeriais, declarações de revolucionários, entre outras. Chegara o momento da conclusão da vitória revolucionária e, portanto, o clima de mobilização e lutas deveria parar, deixando que tudo fosse resolvido dentro da ordem e pelas ordens dadas pelo novo governo que estava assumindo, que merecia grande confiança.

---

<sup>158</sup> *Correio do Povo*, 05.11.1930, editorial e colaborações, p. 3. Notemos que para o jornal os governos oligarquizados eram apenas os situacionistas e não os revolucionários.

## Considerações Finais

Alguns autores, como Derocina Alves Campos Sosa<sup>159</sup>, já haviam feito referência à atuação contributiva do *Correio do Povo* à Revolução de 1930, afirmando o apoio dado por ele ao movimento. No entanto, nenhum deles mostrou como o jornal o fez, ou seja, o seu modo operativo, deixando um espaço a ser percorrido por outras pesquisas, sendo esta a lacuna que tentamos preencher com nosso estudo, o objeto onde a nossa curiosidade investigativa se assentou.

Em nosso trabalho, constatamos que o jornal muito antes de ser um mero cooperante foi ele mesmo a própria revolução, pois a sua participação foi total, usando todos os meios possíveis e imagináveis, além de seu pensamento corresponder em completude com os princípios sumamente liberais dos revolucionários, fato confirmado pela análise, principalmente dos editoriais e colaborações, e pela bibliografia disponível. Assim, ele transitou de pregador, antes de seu início, a soldado da causa, em seu decorrer, passando a ser o *Correio* do tiroteio, que manteve um fogo de fuzilaria contínuo e intenso de notícias e opiniões positivas sobre a revolução até que a vitória fosse alcançada, quando tomou uma posição mais moderada, mas nem por isso menos empenhada com a mesma.

Além disso, muitas coisas estavam em jogo além do pensamento do próprio jornal, como a sua própria existência material. Encontrando-se no epicentro da explosão revolucionária, corria-se o risco de sofrer um empastelamento ou ocupação caso sua posição não fosse favorável ao movimento ou colocaria em perigo a possibilidade de ganhos, tanto no presente quanto no futuro, diante de seus maiores financiadores. Entre estes estavam muitos integrantes dos setores médios, como os comerciantes locais e profissionais liberais, e também o Estado do Rio Grande do Sul, todos engajados ou favoráveis ao movimento. Certamente esses motivos e orientações não fugiram de sua percepção, apostando tudo na vitória, não se imiscuindo de operar com o máximo de vigor, já que sabia que sua lógica econômica e política estava em pauta; era um risco aceitável para a boa manutenção transitória e as recompensas que viriam em caso de sucesso.

Como podemos ver o *Correio do Povo* não teve dificuldades em escolher de que lado ou modo participaria, pois suas convicções se ligaram a oportunidade, um prato cheio muito bem aproveitado. Desse modo, se pode dizer que o jornal encontrou a sua plena realização: a possibilidade de concretização de seu pensamento e da obtenção de lucros e expansão da

---

<sup>159</sup> SOSA, Derocina Alves Campos. *A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Rio Grande: FURG, 2007.

empresa apoiando um movimento com chances de vitória e simpático à população, isto é, encontrou a união entre o contexto e os interesses e valores que representava e possuía. Poderia se considerar que o jornal fez o que tinha que fazer e fez muito bem, sem qualquer escrúpulo.

Não podemos deixar de afirmar que toda a atuação do jornal visou estabelecer uma relação de dominação com seu público leitor, pois procurou promover um sentido único de compreensão e de ação sobre a realidade brasileira, aproveitando-se de sua situação privilegiada de estruturação, ou seja, o jornal procurou exercer seu poder. Tentou de todas as formas convencê-lo de que o movimento revolucionário, com seus objetivos e modo de agir, era o agente certo com o qual o país se regeneraria, já que lutava em prol de suas reais e verdadeiras necessidades, escondendo seus próprios interesses e os daqueles que defendia, como se vê ao oportunamente resguardar a imagem das oligarquias aliancistas.

Tudo isso se presta a confirmar que o *Correio do Povo* mesmo sendo integrante da “grande imprensa” e tendo um jornalismo do tipo informativo, não sendo político-doutrinário, jamais desvinculou-se de ser um elemento atuante no processo político, evidenciando mais uma vez a irrealização da objetividade, imparcialidade e independência, aspectos tão reiteradamente mencionados pela quase totalidade dos meios de comunicação modernos onde se pratica o jornalismo. Enquanto elementos sociais que são, os jornais sofrem diversos tipos de pressão, tendo que optarem a que lado darão maior guarida em suas folhas.

Um ponto importante a esclarecer é que a Revolução de 1930 foi um movimento que em sua constituição nunca representou uma forma de ruptura total, dando segurança à atuação daqueles que queriam se por a seu lado ou participarem ativamente. Ademais, ele pôde se aproveitar de uma conjuntura favorável de crise e da solidificação da indignação geral, isto é, o sistema geral da Primeira República se encontrava em ruínas, o que significa que o *Correio do Povo* soube fazer uma correta interpretação do período histórico em que se encontrava para melhor atuar nele.

Por fim, cabe fazermos alguns comentários quanto a possíveis abordagens de trabalho correlatas a nossa temática. Um aspecto relevante seria efetuar uma pesquisa que buscasse explorar em analogia com outros jornais da época o tratamento dado a Revolução de 1930, isto também poderia ser realizado com outros meios de comunicação. Porém, mais interessante ainda seria fazer uma análise do *Correio do Povo* com um recorte cronológico mais extenso, que pudesse acompanhar a perspectiva do jornal frente aos rumos abertos pelo processo revolucionário.

## Referências Bibliográficas

### **Fonte Primária**

Jornal *Correio do Povo*, edições de 1 de outubro a 5 de novembro de 1930.

Acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

### **Fontes Secundárias (Bibliografia)**

ALVES, Francisco das Neves (org.). *Imprensa e história no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2001.

\_\_\_\_\_(org.). *Política e imprensa no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2007.

ANDRADE, Manoel Correia. *A revolução de 30: da república velha ao estado novo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

ANTONACCI, Maria Antonieta (e outros). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINKY, Carla B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Brasília: MEC/Imprensa Nacional, 1972.

BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1997.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia (1926-1932)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRITTO, Juliano Silveira de. *A revolução de 1923 e uma breve incursão à imprensa pelotense: um estudo de caso*. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Política e imprensa no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2007.

CAMARGO, Aspásio. A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

- \_\_\_\_\_. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. Prado, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- \_\_\_\_\_. *História política*. Texto apresentado na mesa-redonda “Perspectivas metodológicas da produção de pós-graduação em história política” do XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em julho de 1995 em Recife.
- CARONE, Edgar. *Brasil: Anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Editora Ática, 1991
- DECCA, Edgar Salvadori de. *1930 - O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memória*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1997.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *A política externa independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010.
- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- \_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.
- FENELON, Déa Ribeiro. A Revolução de 1930: historiografia e pesquisa. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, vol. II, nº 1-2, julho e dezembro de 1981. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 1981, p. 15-29.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano, livro 1: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do Correio do Povo (1936-1939)*. In: *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 2004 (dissertação de mestrado).
- GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

- KIENTZ, Albert. *Comunicação de massa: análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. A articulação da oposição no Rio Grande do Sul: 1924 – 1928. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, vol. II, nº 1-2, julho e dezembro de 1981. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 1981, p. 89-100.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.
- LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUFT, Marcos Vinícios. *Aos amigos tudo; aos inimigos, a lei: a crise da república de 1955 nas páginas do Diário de Notícias*. Porto Alegre: UFRGS, 2009 (trabalho de conclusão de curso).
- MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. *A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Imprensa integralista, imprensa militante*. Porto Alegre: PUCRS, 2000 (dissertação de doutorado).
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de B. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: UnB, 1994.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- SILVA, Hélio. *1930: A revolução traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOSA, Derocina Alves Campos. *A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Rio Grande: FURG, 2007.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1997.

\_\_\_\_\_. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1997.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRINDADE, Hégio (org.). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

VEZENTINI, Carlos Alberto e DECCA, Edgar Salvadori de. *A Revolução do vencedor*. In: Contraponto. Rio de Janeiro: Contraponto, 1976.

ZICMAN, René Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. In: *Revista do Programa de Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: PUC-SP, nº 4, 1985, p. 89.

### **Links**

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias>>

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias>>